



CEEP AGROINovação

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL AGROINovação

PROFESSOR MOACIR BENEDITO LEME DA SILVA

ENSINO MÉDIO PROFISSIONAL

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP)

CASCAVEL - PR
2023
SUMÁRIO

1. Identificação.....	5
1.1 NRE.....	5
1.2 Município.....	5
1.3 Instituição de Ensino.....	5
1.4 Endereço.....	5
1.5 Código do INEP.....	5
1.6 Mantenedora.....	5
1.7 Especificidade.....	5
1.8 Oferta.....	5
1.9 Tipo.....	5
1.10 Organização.....	5
1.11 Turno(s).....	5
1.12 Organização curricular.....	5
1.13 Avaliação.....	5
2. Elementos situacionais (diagnóstico).....	5
2.1 Histórico da Instituição.....	5
2.2 Organização da Instituição Escolar.....	9
2.3 Organização Funcional.....	10
2.4 Infraestrutura: ambientes e equipamentos.....	14
2.4.1 Biblioteca.....	15
2.4.2 Refeitório e Auditório.....	15
2.4.3 Espaço Iguaçu.....	16
2.4.4 Relações de Bens e Imóveis.....	16
2.5 Instâncias Colegiadas.....	17
2.5.1 Proposta da APMF.....	18
2.5.1.1 Relação ambiental dos membros da APMF - GESTÃO 21/02/2022 À 20/02/2026.....	19
2.5.2 Proposta do Conselho Escolar.....	20
2.5.2.1 Relação nominal dos membros do Conselho Escolar - GESTÃO 06/02/2022 À 05/02/2026.....	22
2.5.3 Proposta do Grêmio Estudantil.....	23
2.5.3.1 Componentes do Grêmio Estudantil.....	23
2.5.4 Conselho de Classe.....	24
2.6 Perfil da Comunidade Escolar.....	26
2.7. Indicadores educacionais.....	27
2.8 Organização Pedagógica.....	28

2.8.1. Organização dos estudantes e professores nas turmas no início do ano/semestre letivo.....	28
2.8.2. Organização dos tempos e espaços e as rotinas escolares: dos horários (entrada, recreio, saída, intervalos, atividades de contraturno), utilização dos espaços (biblioteca, laboratórios, sala dos professores, uso das plataformas), fila, recreio, uniforme, atrasos, uso do celular, dos encaminhamentos para tarefa de casa e trabalhos.....	29
2.8.2.1 Dos horários de entrada/saída/intervalos e organização noturna	31
2.8.2.2 Dos horários de atendimento do Laboratório de Informática/Biblioteca.....	32
2.8.3. Acompanhamento da frequência escolar, a busca ativa dos estudantes pula-pula, com faltas alternadas recorrentes e dos estudantes em situação de abandono escolar, o trabalho com a Rede de Proteção Social à Criança e ao Adolescente interna e externa.....	32
2.8.4. Atendimento aos estudantes quando há falta de professores, a organização da reposição presencial e a reposição dos objetivos de aprendizagem.....	33
2.8.5. Organização e acompanhamento da hora-atividade e a observação de sala de aula.....	34
2.8.5.1 Modelo utilizado pelo CEEP Agroinovação: FICHA DE OBSERVAÇÃO E ORIENTAÇÃO FORMATIVA DE SALA DE AULA.....	35
2.8.6. Acompanhamento das ferramentas de gestão: BI Presente na Escola e Super BI 2023.....	35
2.8.7. A formação continuada interna dos professores e pedagogos e no Grupo de Estudos: Formadores em Ação; Organização da agenda da Equipe Gestora e desenvolvimento do trabalho a partir do acompanhamento pedagógico feito pelo tutor/técnico.....	35
2.8.8. Participação dos pais/família na escola.....	37
2.8.9. Engajamento dos estudantes no processo de ensino e aprendizagem, nos projetos e programas.....	37
2.8.10. Processo de avaliação para a aprendizagem: combinados; instrumentos utilizados; periodicidade dos registros (bimestral, trimestral, semestral); formas de registro (parecer descritivo, notas); formas de comunicação dos resultados aos pais; Processo de Recuperação de Estudos (Retomada dos conteúdos e a Reavaliação).....	38
2.8.11. Organização do Pré-Conselho, o Conselho de Classe e o Pós-Conselho: participantes, definição de ações, formas de intervenção pedagógica e encaminhamentos; Acompanhamento do rendimento escolar e dos estudantes com dificuldades de aprendizagem.....	39
2.8.12. Atendimento ao estudante quando precisa de classificação, reclassificação, adaptação, aproveitamento de estudos, revalidação e equivalência, transferência em regime de progressão parcial.....	40
2.8.13. Organização quanto à inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais, observando a Deliberação 02/2016 – CEE.....	40

2.8.14. Organização das atividades ofertadas em Contraturno Escolar.....	41
2.8.15. Demandas sócio-educacionais, amparadas pelas legislações.....	41
2.8.16. Gestão escolar: pedagógica, administrativa, financeira.....	42
2.8.17. Processo de transição dos Anos Iniciais para os Anos Finais do Ensino Fundamental e a transição dos Anos Finais do Ensino Fundamental para o Ensino Médio.....	43
2.8.18. Organização Pedagógica do Itinerário Formativo da Educação Técnica Profissional.....	44
3. Elementos Conceituais.....	45
3.1 Sociedade e conhecimento.....	45
3.2 Trabalho, Ciência, Tecnologia.....	46
3.3 Cidadania e Desenvolvimento Humano.....	48
3.4 Educação; Ensino e Aprendizagem.....	51
3.5 Alfabetização e Letramento.....	54
3.6 Currículo.....	55
3.7 Educação Inclusiva.....	56
3.8 Tecnologias educacionais, mídias digitais e plataformas educacionais.....	57
3.9 Avaliação para a aprendizagem e Recuperação de estudos.....	59
3.10 Gestão Escolar.....	61
3.11 Formação Continuada do professor.....	62
4. Elementos Operacionais.....	64
4.1. Plano de Ação.....	64
4.2 Oferta de estágio obrigatório e não obrigatório.....	64
4.2.1 Instituições Concedentes de Estágio.....	64
4.2.1.1 Instituições Demandantes de Estágio.....	65
4.3 Atividades, programas e projetos.....	67
4.4 Brigada Escolar.....	67
4.5 Equipe Multidisciplinar para a Educação das Relações Étnico-Raciais.....	69
4.5.1 Membros da Equipe Multidisciplinar e Plano de Ação.....	70
4.6 Avaliação Institucional.....	71
4.7 Avaliação da implementação do Projeto Político-Pedagógico.....	73
5. Propostas Pedagógicas Curriculares - PPCs.....	73
5.1 PPCs Ensino Fundamental - Anos Finais (6º ao 9º ANO).....	73
5.2 PPCs Ensino Médio - Implementação gradativa: 1ª série 2022, 2ª série 2023 e 3ª série 2024.....	74
5.3 PPCs Ensino Médio - 3ª série (Matriz Curricular vigente em 2023).....	74
5.4 PPCs Ensino Médio EPTEC - Implementação gradativa: 1ª e 2ª séries Ensino Médio - Curso Técnico Agrícola.....	74
Referências.....	76
Anexos.....	81
Anexo 1 - Matriz Curricular.....	81

Anexo 2 - Calendário Escolar 2023.....	83
Anexo 3 - Plano de Estágio Não Obrigatório.....	85

1 IDENTIFICAÇÃO

1.1 NRE: Núcleo Regional da Educação de Cascavel

1.2 Município: Cascavel - Paraná

1.3 Instituição de Ensino: CEEP AGROINOVAÇÃO - Centro Estadual de Educação Profissional Agroinovação Professor Moacir Benedito Leme da Silva - Ensino Médio Profissional

1.4 Endereço: BR 277, KM 572 - Distrito de São João do Oeste - CEP: 85.818-560

1.5 Código do INEP: 41163869

1.6 Mantenedora: Secretaria de Estado da Educação - SEED - Governo do Paraná

1.7 Especificidade: Campo

1.8 Oferta: Ensino Médio Profissional e Técnico

1.9 Tipo: CEEP

1.10 Organização: Anual

1.11 Turno: Integral

1.12 Organização Curricular: Área do Conhecimento

1.13 Avaliação: Trimestral

2 ELEMENTOS SITUACIONAIS (DIAGNÓSTICO)

2.1 Histórico da Instituição

As tratativas para implantação de um Colégio Agrícola em Cascavel, Paraná, começaram em 2013 no Colégio de São Salvador, onde o espaço para o ensino era utilizado em dualidade, ou seja, Município e Estado ocupavam e trabalhavam no

mesmo espaço físico, com modalidades de ensino diferentes. Diante das várias dificuldades que a comunidade enfrentava, no ano de 2013, o Conselho Escolar, convocou uma reunião com a comunidade local, onde foram convidadas diferentes lideranças do Município e do Estado. Nesta ocasião foi apresentado a proposta de implantação de um Colégio Agrícola na Comunidade de São Salvador. No dia 06 de agosto de 2013, a comunidade de São Salvador se manifestou publicamente fechando a Pr 180, solicitando que o Estado e o Município tivessem melhor prestação de serviços na comunidade em especial no que se referia a melhoria das estradas rurais, assistência à saúde e à educação, na ocasião uma das reivindicações foi a solicitação para implantação do Colégio Agrícola. Não houve retorno do poder público sobre a solicitação.

A partir daí, foram realizadas inúmeras reuniões com o Núcleo Regional de Educação, Prefeitura de Cascavel, Secretaria de Educação, órgãos ligados à agricultura como Sindicato Rural, comuel, Snidades rurais e Governo do Estado.

O CEEP Agroinovação possui em sua estrutura, laboratórios e todas as ferramentas necessárias para o ensino, pesquisa e extensão, estes usados em parceria com a Fundetec. Sendo o Município de Cascavel uma região agrícola, com 6 das 10 maiores cooperativas do Brasil, a 2^a melhor cidade para se viver do Brasil, um dos primeiros objetivos do CEEP é produzir mão de obra de forma pedagógica, produtiva e inovadora e formar uma nova geração com novas competências que possam ser os profissionais do futuro. O Colégio Agrícola, que passa a ser denominado de CEEP Agroinovação, tem potencial para transformar essa nossa região na inovação agrícola que o Brasil precisa.

A área do CEEP Agroinovação, mede dois mil metros quadrados de edificações, compreendendo o bloco administrativo, salas de aula, guarita, alojamento, refeitório, auditório, laboratório de informática e biblioteca.

Outro objetivo do CEEP AgroInovação é criar uma sistemática de ação fundamentada em abrir novas oportunidades na melhoria da condição de vida e conhecimento para os filhos de produtores agrícolas e de trabalhadores rurais, promovendo a integração entre o Ensino Médio e a Educação e Qualificação Profissional Inovadora, onde os alunos aprenderão como manejar a fertilidade do

solo e os recursos naturais de forma sustentável; planejar e executar projetos relacionados a sistemas de irrigação e de uso da água, selecionar, produzir e aplicar insumos, projetar e gerenciar instalações rurais entre tantas outras ações.

Todo esse conhecimento permitirá que esse profissional tenha formação para administrar ou trabalhar em agricultura familiar, propriedades rurais, empresas agropecuárias, estabelecimentos agroindustriais, empresas de assistência técnica e extensão rural, reservas naturais, cooperativas e pesquisa científica, através de atividades relacionadas à inovação e ao uso de novas tecnologias.

O CEEP AgroInovação possui ainda a possibilidade, para uso de forma pedagógica e em parceria com a Fundetec, um área prática de plantio superior a 24 hectares, pomar, aviário, escola, estufas para produção de flores e morango, e para desenvolver cursos, treinamentos e demonstrações práticas em novas tecnologias, tratos culturais e manejo agropecuário, realizar oficinas de capacitação em máquinas e implementos agrícola e ainda uma unidade de agroindustrializados para cursos práticos em panificação, derivados cárneos e lácteos.

No mesmo espaço há o Parque Ambiental Sueley Marcondes Festugatto, espaço com 67 hectares de mata nativa preservada e com grande biodiversidade.

Os trabalhos de organização do colégio tiveram início em novembro de 2021 e as atividades formais iniciaram em 07 de fevereiro de 2022. Atualmente no ano de 2023, em período integral, com 121 alunos e 244 matrículas. Dos 121 alunos, 81 estão alojados/internato de segunda a sexta-feira no próprio Colégio, e 40 alunos estudam em período integral, mas residem em com suas famílias e diariamente se deslocam de suas residências, no perímetro urbano da cidade de Cascavel para o Colégio.

Dos 121 alunos já matriculados, 41 são do sexo feminino e 80 do sexo masculino. Dos 81 alunos que estão nos alojamentos durante a semana, 57 são do sexo masculino e 24 do sexo feminino.

Esses alunos (as) são dos mais variados Municípios, por exemplo de Cascavel que contemplam os Bairros e/ou Distritos do Rio do Salto, Guarujá, Juvinópolis, Otávio Tozo, Maria Luiza, São Cristóvão, Claudete, Cancelli, Santa

Cruz, Centro, Universitário, Coqueiral, Canadá, Reassentamento São Francisco, São Salvador, Brasmadeira, Rio da Paz, Centralito, Tropical, Vila União, Riviera, Jardins Veredas, entre outros. Temos também alunos dos Municípios de Matinhos, Santa Tereza do Oeste, Capitão Leônidas das Marques, Céu Azul, Lindoeste, Campo Bonito, Corbélia, Medianeira, Cafelândia, Catanduvas, entre outros.

O nome do CEEP Agroinovação é uma homenagem ao Professor Moacir Benedito Leme da Silva. Professor Moacir era graduado em Matemática, em Ciências Físicas e Biológicas e Pós-Graduado em Andragogia. Sua atuação é lembrada e reconhecida em várias regiões como no Espírito Santo do Turvo, interior do Estado de São Paulo; Santa Cruz do Rio Pardo, SP. Chegou no Paraná em 1969, mais propriamente no Distrito de Santa Eliza, próximo a Umuarama, onde fundou o Ginásial noturno e atuou como Diretor e Professor contribuindo das mais variadas formas para o desenvolvimento regional.

Como a trajetória do Professor Moacir, teve foco na educação, não deixou também de aliar-se à luta pelo Ensino Superior colaborando para a efetivação da estadualização da Fecivel. Foi Diretor de Esportes de Cascavel, na 1ª gestão do prefeito Tolentino, destacando-se nos Jogos Abertos de Londrina. Também foi Secretário de Cultura e Esportes.

Também fomentou o Ensino Superior Privado em Cascavel. Esteve à frente dos projetos que impulsionaram a criação das primeiras Universidades de Cascavel, a Univel e a Unipar; fundou a Unirondon e Uniguaçu, em São Miguel do Iguaçu, onde encerrou sua trajetória de trabalho e de vida. Faleceu em 10/04/2003, aos 53 anos de idade, deixando esposa e filhos.

Em comum acordo entre o Núcleo Regional de Educação de Cascavel, poder Executivo do Município e do Estado e autoridades do Legislativo Estadual foi designado como Diretor Geral do Colégio o Professor Dr. Rosimar Baú. O prof. Baú (como é conhecido) acompanhou todo o processo de implantação do CEEP Agroinovação Professor Moacir Benedito Leme da Silva, desde a construção do Projeto Político Pedagógico, Proposta Curricular, Regimento do Colégio e do Internato entre outros. Também, participou, junto com a equipe do Núcleo Regional de Educação de Cascavel, do processo seletivo dos estudantes, inclusive,

realizando visitas técnicas a Colégios Agrícolas do Paraná e de outros Estados Brasileiros a fim conhecer a proposta de ensino, como também obter informações e subsídios para a implantação e encaminhamentos da Unidade Escolar de Cascavel.

Professor Baú atua como professor há 35 anos, dividindo seu tempo entre o ensino na Educação Básica, no Ensino Superior e na Gestão Pública. Possui Doutorado e Mestrado em Teologia e História; é especialista em Metodologia da História; Administração, Supervisão e Orientação Educacional; Docência do Ensino Superior; EJA: Educação de Jovens e Adultos; Psicopedagogia Clínica e Institucional. Possui Graduação em Filosofia, com licenciatura/habilitação em Filosofia, Sociologia e Psicologia; Pedagogia (Licenciatura); História (Licenciatura) e em Teologia (Bacharelado).

Nos últimos 10 anos (2011 – 2021) esteve como Diretor Geral do Colégio Júlia Wanderley onde foi o idealizador e fomentador da ideia dos Colégios Cívico-Militar, sendo o Colégio Júlia Wanderley o primeiro colégio do Núcleo Regional de Cascavel a implantar essa modalidade, cívico-militar ligado ao MEC e Ministério da Defesa. Em sua trajetória como Diretor do Júlia Wanderley destaca-se sua postura firme na disciplina e postura dos alunos, pais e educadores/professores. Deixou o colégio como sendo o 4º melhor colégio do Núcleo Regional de Cascavel e 21º Colégio a Nível de Estado do Paraná conforme dados do Ideb. Em 2021, recebeu o prêmio ouro do Núcleo Regional de Educação e o Prêmio Diamante do Governo do Estado do Paraná.

2.2 Organização da Instituição de Ensino

TURNO / Nº TURMAS	OFERTAS POR PERÍODO
Integral 04	Novo Ensino Médio – Profissional Integrado Técnico Agrícola

ENSINO MÉDIO			
Oferta de Ensino	Organização	Avaliação	Período
Ensino Médio	Anual	Trimestral	Integral
Organização Curricular: Área do Conhecimento			

NOVO ENSINO MÉDIO	INTEGRAL		
	Série/anos	Nº de turmas	Nº de alunos
	1ª e 2ª	4	121
Total de alunos:		4	121

A organização da instituição de ensino é distribuída em Tempo Integral com turnos de funcionamento (manhã e tarde). Possuindo um total de 122 alunos distribuídos da seguinte forma: regime de semi-internato 80 alunos (manhã, tarde e noite) e 42 alunos (manhã e tarde).

2.3 Organização Funcional

PROFESSORES						
Nº	NOME	FORMAÇÃO	DISCIPLINA/ FUNÇÃO	VINC	TUR NO	CH
01	ALEXANDRE RAPHAEL TONDO JUNIOR	LIC. HISTÓRIA E ESPEC.	FILOSOFIA	PSS	M	04H
02	CELMAR CORREA LEMOS	LIC. FÍSICA E ESPEC.	FÍSICA	PSS	M	04H
03	CILENE DE ASSIS MACEDO	LIC. LETRAS PORT/ESPAÑOL E ESPEC.	E PORTUGUÊS	PSS	M/V	06H
04	CINDIA SORDI	BAC. AGRONOMIA ENG. AGRÍCOLA MESTRADO	E E MAN. E CONS. DE SOLOS E INFRA. RURAL	PSS	M/V	14H
05	DULCE KLOEHN	LIC. LETRAS PORT/INGLÊS E ESPEC.	PORT / INFORM. APLIC.	PSS	M/V	10H
06	FABIANA FAGUNDES	LIC. ARTES E ESPEC.	ARTE	PSS	V	04H

	ALVES					
07	FLAVIA DANIELE RECH CASSOL	LIC. BIOLOGIA/QUÍMICA E DOUTORADO	BIOL/ QUIM	PSS	M/V	16H
08	FRANCISCO SCHMITH ALVES	BAC. ENG. AGRÍCOLA E ESPEC. / COORD. DE CURSO	PRÁT. AGROPEC.	PSS	M/V	09H
09	GABRIEL RICOLDI MANSO	BAC. AGRONOMIA E ESPEC.	AGRIC./HORT./P RÁT. AGROPEC	PSS	M/V	14H
10	GIOVANA REGINA PERIN	BAC. MED. VETERINÁRIA E MESTRADO	AGROIND./ PRAT AGROPEC	PSS	M/V	23H
11	JADSON DE ALMEIDA E SOUZA FILHO	LIC. LETRAS PORT/INGLÊS E ESPC.	INGLÊS		M/V	08H
12	JAIRO APARECIDO LEAL	LIC. GEOGRAFIA E ESPEC.	GEOGRAFIA	PSS	M/V	08H
13	JAQUELINE SCHEFFELL	LIC. MATEMÁTICA E TEC. GESTÃO COMERCIAL E ESPEC.	MATEM. EDUC. / FINANC.	PSS	M/V	16H
14	LAURA CRUSARO ACCO	LIC. HISTÓRIA E BAC. MED. VETERINÁRIA E ESPEC.	ZOOTECNIA	PSS	M/V	12H
15	LEONARDO HENRIQUE DEMINSKI	BAC. ENG. AMBIENTAL E ESPEC.	INTROD. A AGRICULTURA	PSS	V	04H
16	LEONARDO PEREIRA DALMAR	LIC. EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPEC.	EDUC. FÍSICA	PSS	M	04H
17	MAGNUM BARUCI ROSSI	BAC. AGRONOMIA E ESPC.	MEIO AMB. E ENERG. REN.	PSS	M	04H
18	ROGER RENILTO DINIZ COSTA	LIC. HISTÓRIA E ESPC.	HISTÓRIA	PSS	M/V	08H
19	SILVANA AP ANTUNES SAFRAIDER	LIC. HISTÓRIA E CIÊNCIAS SOCIAIS E ESPEC.	FILOS/ PROJ VIDA	PSS	M/V	10H
20	TATIANE ANDRÉIA FRITSCH	BAC. AGRONOMIA E ESPEC.	CULTURAS	PSS	M/V	04

Legenda: TURNO: M (Matutino) - V (Vespertino) - N (Noturno)

DIREÇÃO / EQUIPE PEDAGÓGICA / COORDENAÇÕES						
Nº	NOME	FORMAÇÃO	FUNÇÃO	VIN C	TUR NO	CH
01	AMANDA LILIAN DE OLIVEIRA	LIC. PEDAGOGIA E ESPEC.	PEDAGOGA	PSS	M	20H
02	FRANCISCO SCHMITH ALVES	BAC. ENG. AGRÍCOLA E ESPEC.	COORD. DE CURSO E DE	PSS	M/V	28H

			ESTÁGIO				
03	GIOVANI FELIPE DOS SANTOS TEZA	BAC. VETERINÁRIA ESPEC.	MED. E	COOD. DA UDP - PECUÁRIA	PSS	M/V	40H
04	LUIZ ANGELO FILLUS	BAC. AGRONÔMICA	ENG.	COOD. DA UDP - AGRÍCOLA	PSS	M/V	40H
05	RICARDO PEREIRA MUNHOZ	PEDAGOGIA E ESPEC.		PEDAGOGO E COOD. DE INTERNATO	PSS	V/N	40H
06	ROSIMAR BAÚ	MESTRADO DOUTORADO	/	DIRETOR GERAL	QP M/S 100	V/N	40H

Legenda: TURNO: M (Matutino) - V (Vespertino) - N (Noturno)

FUNCIONÁRIOS							
Nº	NOME	FORMAÇÃO	FUNÇÃO	VINC	LF	CH	
01	ANELISIANE MARIA ALVES	BAC. ENG. CIVIL E EPSEC.	SUporte TÉCNICO	PSS	M	12H	
02	ERALDO LUIZ AQUINO	GESTÃO PÚBLICA/ PÓS SEC. ESCOLAR	SECRETÁRIO	QFE B	M/V	40H	
03	GIOVANA REGINA PERIN	BAC. VETERINÁRIA MESTRADO	MED. E	SUPERVISOR DE ESTÁGIO	PSS	M	06H

Legenda: TURNO: M (Matutino) - V (Vespertino) - N (Noturno)

FUNCIONÁRIOS TERCEIRIZADOS					
Nº	NOME	FUNÇÃO	VÍNC	CH	HORÁRIO
01	ALESSANDRA DE ALMEIDA RAMOS	MERENDEIRA	PHRH	40H	08:00 ÀS 17:00
02	ANDREIA CONSTANTE BARBOZA	INSP. ESCOLAR DIURNO	PHRH	12/36	07:00 ÀS 19:00
03	CLEZIO COITO	TRAB. AGROPECUÁRIO	PHRH	40H	08:00 ÀS 17:00
04	CLAUDIA BRITES	TRAB. AGROPECUÁRIO	PHRH	40H	08:00 ÀS 17:00
05	CLEUNICE APARECIDA MENDES	MERENDEIRA	PHRH	40H	08:00 ÀS 17:00
06	CRISTIANI MIKOACZIK	ASSIST. ADMINISTRATIVO	PHRH	40H	08:00 ÀS 17:00
07	DAWILSON MIGUEL COITO	TRAB. AGROPECUÁRIO	PHRH	40H	08:00 ÀS 17:00

08	DENISE RIBEIRO DE QUEVEDO	INSP. NOTURNO	ESCOLAR	PHRH	12/36	19:00 ÀS 07:00
09	DENIZE DOS SANTOS	SERV. LIMPEZA		PHRH	40H	09:30 ÀS 18:30
10	DEYSIMAR PERIRA DE MENDONÇA	INSP. NOTURNO	ESCOLAR	PHRH	12/36	19:00 ÀS 07:00
11	EDIVANI APARECIDA MELNIK	INSP. NOTURNO	ESCOLAR	PHRH	12/36	19:00 ÀS 07:00
12	FRANCIAE LOURENÇO GOTARDO	TÉCNICO AGROPECUÁRIO		PHRH	40H	08:00 ÀS 17:00
13	GABRIELLI EMMRTT SIMÕES	INSP. DIURNO	ESCOLAR	PHRH	12/36	07:00 ÀS 19:00
14	JOSE CLEBER COITO	TRAB. AGROPECUÁRIO		PHRH	40H	08:00 ÀS 17:00
15	LELIANE GOMES	INSP. NOTURNO	ESCOLAR	PHRH	12/36	19:00 ÀS 07:00
17	LIDIA ADADA LOZOWEI	INSP. DIURNO	ESCOLAR	PHRH	40H	08:00 ÀS 17:00
17	MARCIA SPESSOTTO	TRAB. AGROPECUÁRIO		PHRH	64H	08:00 ÀS 16:00
18	MARLI LUDVICHACK DOS REIS	INSP. DIURNO	ESCOLAR	PHRH	12x36	07:00 ÀS 19:00
19	NEIVA APARECIDA TREVISOL DE FREITAS	INSP. DIURNO	ESCOLAR	PHRH	12/36	07:00 ÀS 19:00
20	RENATA DANIELA MULLER	ALMOXARIFE		PHRH	40H	08:00 ÀS 17:00
21	RONDINELLI DUFFECK GREIN	MOTORISTA		PHRH	40H	08:00 ÀS 17:00
22	ROSENE APARECIDA FERREIRA MILLER	MERENDEIRA		PHRH	40H	06:00 ÀS 15:00
23	ROZELI BORBA	MERENDEIRA		PHRH	40H	08:00 ÀS 17:00
24	SILMAR INOCENCIO DA SILVA	INSP. NOTURNO	ESCOLAR	PHRH	12/36	19:00 ÀS 07:00
25	SILVANA APARECIDA DA SILVA	SERV. LIMPEZA		PHRH	40H	08:00 ÀS 17:00
26	VALDEMAR MULLER	MARCENEIRO		PHRH	40H	08:00 ÀS 17:00
27	VALDIRENE APARECIDA DE OLIVEIRA ADADA	LAVADORA DE ROUPAS		PHRH	40H	07:30 ÀS 16:30
28	VANDERLEIA PEREIRA	INSP. DIURNO	ESCOLAR	PHRH	12/36	07:00 ÀS 19:00
29	VIVIANE DANTAS MELO	INSP. DIURNO	ESCOLAR	PHRH	12/36	07:00 ÀS 19:00
30	NATANUEL MINUSSI MARTINS	ASSIST.ADMINISTRATIVO		PHRH	40H	08:00 ÀS 17:00
31	DEMIR BATISTA TEIXEIRA	INSP.	ESCOLAR	PHRH	16X36	19:00 ÀS 07:00

		NOTURNO			
32	CLAYTON DE OLIVEIRA	TRAB. AGROPECUÁRIO	PHRH	40H	08:00 ÀS 17:00
33	CHARLENE c.p.m. cardoso	SERV. LIMPEZA	PHRH	40H	09:00 ÀS 18:00

2.4 Infraestrutura: ambientes e equipamentos

Planta de Implantação Geral CEEP – Centro Estadual de Educação Profissional Moacir Benedito Leme da Silva e suas transformações.

CONFORME PLANTA DE IMPLANTAÇÃO GERAL	ADAPTAÇÕES REALIZADAS
01 – Sala de treinamento (entrada A)	Sala de aula da 1ª série A
02 – Sala de treinamento (entrada B)	Sala de aula da 1ª série A
03 – Sala de almoxarifado	Sala de almoxarifado
04 - Banheiro	Banheiro Feminino
05 - Banheiro	Banheiro Masculino
06 - Sala de treinamento (entrada A)	Sala de aula da 1ª série B
07 - Sala de treinamento (entrada B)	Sala de aula da 1ª série B

08 - Sala de treinamento	Sala de aula da 2ª série B
09 - Sala de treinamento	Sala de aula da 2ª série A
10 - Sala de espera	Recepção
11 - Sala de atendimento	Secretaria
12 - Sala de reunião	Coordenações Pedagógica, de Curso e UDP
13 - Banheiro PcD	Banheiro dos Professores
14 - Sala de treinamento	Sala dos Professores
15 - Entrada Refeitório	Refeitório
16 e 17 - Entrada Cozinha	Cozinha
18 - Despensa	Dispensa
19 - Lavanderia	Lavanderia

2.4.1 Biblioteca

Área utilizada com Equipamentos destinados a Informática e Biblioteca com dimensões de: : 74,88 m², possuindo 2 banheiros adaptados: 4,59 m² e 3,85 m².

2.4.2 Refeitório e Auditório

Área utilizada do Refeitório: 89,36 m² com 142 lugares; Área utilizada para vestuário feminino e masculino: 18,0 m² ; Área utilizada pela cozinha: 78,50 m²; Área utilizada para depósito e despensa: 4,7 m²; Área utilizada para BW feminino e masculino e banheiro adaptado com metragem de 4,44 m² e : 2,0 m²; Área utilizada do Auditório : 226,32 m² com capacidade para 231 pessoas.

2.4.3 Espaço Iguacu

Esta área é destinada ao Internado, onde os alunos oriundos de outras cidades ou que residem em áreas rurais utilizam como moradia provisória durante este ano letivo. Onde há 14 quartos distribuídos conforme sua metragem.

2.4.4 Relações de Bens e Imóveis

Quantidade	Descrição do Patrimônio	Classe	Data de Aquisição
06	WEBCAN LOGITECH HD	MOBILIÁRIO GERAL	06/04/2022
06	CPUPOS MASTER C1300 MINIPRO LINUX	MOBILIÁRIO GERAL	04/04/2022
06	PEDESTAL HIBRY – TV MINIPC WEBCAM	MOBILIÁRIO GERAL	30/03/2022
01	CORTADOR DE LEGUMES	MOBILIÁRIO GERAL	28/03/2022
01	APARELHO CELULAR SAMSUNG A51	MOBILIÁRIO GERAL	08/04/2022

100	CONJUNTO ALUNO CJA06	MOBILIÁRIO GERAL	12/01/2022
27	MONITOR AOC LED 21,5	MOBILIÁRIO GERAL	03/02/2022
02	FREEZER HORIZONTAL GMS 22347	MOBILIÁRIO GERAL	14/01/2022
04	GÁS GLP P-45	MOBILIÁRIO GERAL	11/04/2022
01	IMPRESSORA LEXMARK MX622	MOBILIÁRIO GERAL	03/05/2022
06	TV AOC – ROKU – LED 43" SMART	MOBILIÁRIO GERAL	25/04/2022
04	AR CONDICIONADO SPLI 24000BTUS	MOBILIÁRIO GERAL	12/01/2022
01	MICRO SYSTEM BRITÂNIA	MOBILIÁRIO GERAL	12/01/2022

2.5 Instâncias Colegiadas

- APMF.
- Conselho Escolar
- Grêmio Estudantil.
- Conselho de Classe.

De acordo com o Art. 14, II da LDB, um dos princípios da Gestão Democrática é a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. Portanto a Associação de Pais e Mestres e Funcionários estão organizada e estruturada para atuar juntamente com as outras Instâncias

Colegiadas: Conselho Escolar, e o Grêmio Estudantil a partir de um compromisso coletivo que busca assegurar a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber e a igualdade de condições para acesso e permanência na escola (Art. 3º I e II da LDB).

De acordo com o Art. 123 do Regimento Escolar em consonância com o Art. 3º do próprio Estatuto da APMF, mantém suas características: possui caráter de pessoa jurídica de direito privado; é um órgão de representação dos pais e profissionais do Estabelecimento de Ensino, não tendo caráter político partidário, religioso e racial; é uma instituição sem fins lucrativos; seus dirigentes e conselheiros não são remunerados; e ainda se constitui por prazo indeterminado.

Conforme Art. 5º do Estatuto da APMF os objetivos da APMF ou outra denominação para a sociedade civil constituída pela comunidade escolar são:

I. promover ações de acordo com suas atribuições e possibilidades, no sentido de assegurar, por meio da participação efetiva no processo de tomadas de decisões no ambiente escolar e do exercício de efetivo controle social, condições necessárias de apoio ao trabalho da equipe pedagógica, professores e funcionários em consonância com o Projeto Político Pedagógico - PPP da instituição de ensino e Regimento Escolar, garantindo o acesso à permanência e a função social da escola

A APMF deste Colégio juntamente com a equipe gestora, professores e funcionários está comprometida em atender aos desafios lançados no documento do Curso de Diretrizes Pedagógicas e Administrativas para a Educação Básica, bem como no exercício da democracia no ambiente escolar, pela transparência e pelas ações coletivas, e o zelo pelo cumprimento dos preceitos legais presentes na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional e no Estatuto da Criança e do Adolescente e de acordo com o Estatuto da APMF.

O acesso ao conhecimento das bases pedagógicas e legais que garantam a efetivação do processo educativo, a compreensão de quais são os aspectos determinantes e condicionantes intrínsecos à relação de ensino e aprendizagem e o papel da sociedade junto ao estado constituído (controle social, pressão social e efetivação de direitos constitucionais).

2.5.1 Proposta da APMF

A participação dos membros da APMF constitui-se em fator de relevância para as ações que modificam continuamente nosso cotidiano, por meio de ações que efetivem a realização dos projetos desenvolvidos pelos docentes, educandos e demais Instâncias Colegiadas.

Visando a busca da educação de qualidade que atenda ao aluno e suas necessidades, vinculação e ampliação dos recursos para que a APMF não fique apenas na função de arrecadar fundos numerários por intermédio dos eventos realizados pelo colégio que são: festas, torneios esportivos, decisão de gastos das verbas do PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola, prestação de contas entre outras decisões que se fizerem necessárias de caráter urgente ou não e, passe a colaborar de forma efetiva em todas as ações que buscam a melhoria da qualidade de ensino que se insere ao processo político pedagógico.

2.5.1.1 Relação nominal dos membros da APMF – GESTÃO 21/02/2022 À 20/02/2026

FUNÇÃO	NOME	CELULAR	FILHO/SÉRIE ATUALIZADO EM 21/02/2022
PRESIDENTE	ROSIMAR BAÚ	99965-7687	Diretor Geral
VICE-PRESIDENTE	LEILA APARECIDA BONACI	99971-9606	Diretora Auxiliar Pedagógica
1º SECRETÁRIO	VERA LUCIA SENKOSKI	99900-3538	Assistente administrativo
2º SECRETÁRIO	RICARDO PEREIRA MUNHOZ	99934-9727	Pedagogo do Colégio
1º TESOUREIRA	LELIANE GOMES	99817-8306	Mãe do aluno: Patrick Gomes Breves- 1ºA

2º TESOUREIRA	LUCIANE DE ALMEIDA PEIXOTO	99831- 5961	Mãe da aluna: Emilly Correa da Silva- 1ºB
CONSELHO DELIBERATIVO FISCAL	EDIVANI APARECIDA MELNIK	99933- 5813	Mãe da aluna: Gabrieli Heloísa Boeira -1ºB
SUPLENTE	ZAIRA ARAUJO GALVANI	99992- 5970	Tutor Legal do aluno: Vitor Emanuel Vieira de Araújo - 1º B
REPRESENTANTE DOS PAIS	SANDRA LIEBMAN	98423- 0605	Mãe do aluno: Raul Liebmam Scimeoni-1º B
SUPLENTE	JOEL KUHLKAMP AMADO	99127- 1390	Pai de aluno: Lucas Burnier Amado -1º A
REPRESENTANTE DOS PROFISSIONAIS DA ESCOLA	LUIZ ÂNGELO FILLUS	98832-6582	Professor: Infraestrutura Rural, Introdução Agrícola, Física e Coordenador da UDP
SUPLENTE	GIOVANI FELIPE DOS SANTOS	9832-0829	Professor: Zootecnia e coordenador da UDP

2.5.2 Proposta do Conselho Escolar

De acordo com a Constituição vigente, a Gestão Democrática é um princípio que abrange as dimensões pedagógicas, administrativas e financeiras e necessita de novos encaminhamentos quanto às questões de exclusão, reprovação e não permanência do aluno na escola, o que resulta na desigualdade dos menos favorecidos. Através das decisões coletivas e do compromisso e corresponsabilidade do grupo, pretendemos propiciar a estruturação de novas formas de trabalho para o fortalecimento da Gestão Democrática.

O Conselho Escolar constitui-se como órgão máximo de direção do estabelecimento de ensino. Sua natureza é deliberativa, consultiva, avaliativa e

fiscalizadora referente a organização e trabalhos de cunho pedagógico, administrativo e financeiro da instituição de ensino, respeitando os princípios da democracia, legitimidade e coletividade, isto é, o respeito às leis vigentes do país e da própria instituição – Constituição Federal – 1988, ECA, PPP – Projeto Político Pedagógico, Regimento Escolar. Para que isso ocorra com transparência o Conselho Escolar está fundamentado em alguns pressupostos básicos, que defendem que a educação é direito de todos, assim como a permanência na escola, a gratuidade da educação, qualidade de ensino, prevalência da igualdade, coletividade, democratização escolar, gestão democrática, legitimidade, transparência, responsabilidade, diálogo, cooperação, responsabilidade financeira e organização do trabalho escolar.

Conforme Regimento Interno deste Colégio, o Conselho Escolar tem como objetivo estabelecer os critérios para o Projeto Político Pedagógico no que diz respeito a sua ação, organização, funcionamento e relacionamento com a comunidade, nos limites da legislação, compatíveis com as diretrizes e política educacional traçadas pela Secretaria de Estado da Educação e tem por finalidade promover a articulação entre os vários segmentos organizados da sociedade e os setores da escola, a fim de garantir a eficiência e a qualidade de seu funcionamento.

O Conselho Escolar tem seu próprio estatuto que está contido no Regimento Interno do Colégio.

As ações mais significantes do Conselho Escolar estão direcionadas a:

- Criar e garantir mecanismos de participação efetiva e democrática da Comunidade Escolar, na discussão, na decisão, na construção, no acompanhamento na avaliação do Projeto Político Pedagógico.
- Coordenar, juntamente com a Equipe Pedagógica e Direção, o processo de discussão, elaboração ou reformulação do Regimento Escolar.
- Aprovar o plano de aplicação financeira da escola, bem como analisar a prestação de contas da direção.

· Analisar e apreciar as questões de interesse da escola e recorrer as instâncias superiores sobre questões não regimentais ou que não se julgue apto a decidir. Nessa perspectiva, o Conselho Escolar exerce papel fundamental atuando para desenvolver uma nova forma de gestão e organização do trabalho pedagógico.

**2.5.2.1 Relação nominal dos membros do Conselho Escolar - GESTÃO
06/02/2022 À 05/02/2026**

FUNÇÃO	NOME	FUNÇÃO NA ESCOLA
PRESIDENTE	Rosimar Baú	Diretor Geral
Vice-Presidente	Lauri da Silva	Pai de aluna
Representante APMF e Comunidade	Leliane Gomes	Mãe de aluno
REPRESENTANTE PAIS	Ivanete Okiyama	Mãe de aluno
	Marly Mioranza dos Santos	Mãe de aluno
ADMINISTRATIVO – Agente II	Cristiane Mikoaczik	Assistente Administrativo
EQUIPE PEDAGÓGICA	Ricardo Pereira Munhoz	Pedagogo e Coordenador de Internato

REPRESENTANTE DOS PROFESSORES	Fabiana Fagundes Alves	Docente de Arte
REPRESENTANTE DOS PROFESSORES	Flavia Daniele Rech Cassol	Docente de Química
REPRESENTANTE DOS COORDENADORES	Francisco Schmith Alves	Coordenador de Curso
REPRESENTANTE DOS ALUNOS	Maria Eduarda Braga Neja	Discente da 2ª série
REPRESENTANTE DOS ALUNOS	Pedro Henrique Toffolo Zorzi	Discente da 2ª série
ASSESSORIA JURÍDICA	Dra. Mary Andrea Alves Jurumenha	Advogada - OAB-PR55796

2.5.3 Proposta do Grêmio Estudantil

Em 1985, por ato do Poder Legislativo, o funcionamento dos Grêmios Estudantis ficou assegurado pela Lei 7398, como entidades autônomas de representação dos estudantes. A Lei Estadual nº 11.057/95, assegura nos Estabelecimentos de Ensino do Estado do Paraná, a livre organização de Grêmios Estudantis. O Grêmio Estudantil cumpre um importante papel na formação e no desenvolvimento educacional, cultural e esportivo da juventude, organizando debates, atividades pedagógicas coordenadas, apresentações teatrais, festivais de música, torneios esportivos e outras festividades. As atividades do Grêmio Estudantil representam para muitos jovens, os primeiros passos na vida social, cultural e política.

2.5.3.1 Componentes do Grêmio Estudantil

Cargo/Função	Nome	Série/Turma	E-mail
Presidente	Pedro Henrique Tofollo Zorzi	2ªA	pedro.zorzi@escola.pr.gov.br
Vice-presidente	Gabrieli Heloisa Boeira	2ªB	gabrieli.boeira@escola.pr.gov.br
Primeiro Secretário	Estevão Klein	1ªB	estevao.klein@escola.pr.gov.br
Segundo Secretário	Luis Henrique Silvestri Bernardim	2ªB	luis.bernardim@escola.pr.gov.br
Primeiro Tesoureiro	Keila Andryara dos Santos Cavalheiro Costa	2ªA	s.keilla@escola.pr.gov.br
Segundo Tesoureiro	Lucas Kenzo Okiyama	2ªA	lucas.okiyama@escola.pr.gov.br
Diretor Social	Patrick Gomes Breves	2ªA	patrick.breves@escola.pr.gov.br
Diretor de Assuntos de Comunicação e Imprensa	Herik Mateus Pereira	1ªA	pereira.herik@escola.pr.gov.br
Diretor de Assuntos Culturais e Diversidade	Matheus Ryan Tomazelli	2ªA	matheus.tomazelli@escola.pr.gov.br
Diretor de Assuntos de Esporte e Lazer	Felipe Henrique Caetano de Oliveira Silva	2ªA	f.silva@escola.pr.gov.br
Diretor de Saúde e Meio Ambiente	Chrigor Felipe Urbanek	2ªB	chrigor.urbanek@escola.pr.gov.br
Diretor de Relações Acadêmicas	Julia Regina Tortelli Reiter	2ªB	julia.reiter@escola.pr.gov.br

2.5.4 Conselho de Classe

O Conselho de Classe implantou-se como um órgão da instituição escolar, para cumprir uma função avaliativa, na perspectiva de conseguir a visão integral do aluno, para o atendimento de suas potencialidades e dificuldades. Sendo assim, o Conselho de Classe tem como objetivo principal, diagnosticar os problemas e desafios do processo de ensino e aprendizagem, mediante análises, discussões e reflexões por parte de seus participantes, para uma reestruturação dos trabalhos pedagógicos norteados por decisões coletivas.

Conselho de Classe apresenta-se como um órgão colegiado, de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógicos, tendo por objetivo avaliar o processo ensino aprendizagem, com a responsabilidade de analisar as ações educacionais, indicando alternativas que busquem garantir a efetivação do processo ensino e aprendizagem.

De acordo com o Art. 64 do Regimento Interno desta Instituição de Ensino: “A finalidade da reunião do Conselho de Classe, após analisar as informações e dados apresentados, é a de intervir em tempo hábil no processo ensino e aprendizagem, oportunizando ao aluno formas diferenciadas de apropriar-se dos conteúdos curriculares estabelecidos”.

Tendo como finalidade fornecer subsídios para uma retomada de ações para intervir no processo de aprendizagem, o Conselho de Classe tem algumas atribuições (Art. 73 do Regimento Interno):

- I. analisar as informações sobre os conteúdos curriculares, encaminhamentos metodológicos e práticas avaliativas do processo de ensino-aprendizagem;
- II. indicar situações diferenciadas de ensino e de estudos para a melhoria do processo de aprendizagem;
- III. estabelecer procedimentos de recuperação de estudos simultâneos ao processo de aprendizagem, que atendam às lacunas no processo de ensino;
- IV. propor diferentes estratégias de recuperação paralela considerando como momento de intensificar a aprendizagem dos estudantes numa oportunidade de reflexão sobre o processo de ensino e da metodologia de trabalho, com autonomia para planejar a retomada dos conteúdos, se necessário, e definir critérios para utilização das notas;
- V. atender as necessidades de aprendizagem dos estudantes, em consonância com a Proposta Pedagógica ou Plano de Curso;
- VI. discutir o processo de avaliação de cada turma, analisando os dados nos aspectos qualitativos e quantitativos;

VII. ter corresponsabilidade sobre os avanços dos estudantes para todas as etapas subsequentes ou retenções, após a apuração dos resultados finais, considerando seu desenvolvimento integral;

VIII. acompanhar o processo de aprendizagem dos estudantes impossibilitados de frequentar as aulas por problemas de saúde ou licença maternidade, devidamente comprovados por atestado/laudo médico, conforme dispositivos legais;

IX. analisar os documentos referentes aos pedidos de revisão de aproveitamento escolar, recebidos na secretaria da instituição de ensino, respeitando a legislação vigente;

X. encaminhar à secretaria da instituição de ensino o resultado da análise do aproveitamento escolar imediatamente após o término da revisão para divulgação;

XI. reanalisar a revisão do aproveitamento escolar, a partir dos novos fatos registrados no requerimento e na Ata do Conselho de Classe Extraordinário;

XII. encaminhar à secretaria da instituição o resultado da reanálise do aproveitamento escolar para divulgação, imediatamente após o encerramento do Conselho Escolar, respeitando a legislação vigente;

É importante ressaltar que as discussões no Conselho de Classe final, as quais são mediadas pela equipe pedagógica, bem como respaldadas e presididas pela direção escolar devem, por sua vez, se sustentar sobre alguns parâmetros (critérios qualitativos):

- Avanços obtidos na aprendizagem;
- Trabalho realizado para que o aluno melhore aprendizagem;
- Desempenho do aluno em todas as disciplinas;
- Acompanhamento do aluno no ano seguinte;
- Situações de inclusão;

- Questões estruturais que prejudicam os alunos (ex. Falta de professores sem reposição);

2.6 Perfil da Comunidade Escolar

O Centro Estadual de Educação Profissional Agroinovação Professor Moacir Benedito Leme da Silva está situado às margens da BR 277, no KM 572, 300 metros após o trevo de São João do Oeste sentido à Curitiba.

A instituição de ensino está anexada em um Parque Tecnológico de Agroinovação da FUNDETEC, juntamente com o Parque Municipal Centro de Educação Ambiental Suely Marcondes de Moura Festugatto.

A maioria dos alunos são oriundos de outros bairros da cidade de Cascavel, bem como de outros distritos e também outros municípios, conforme mencionado no caput item II.

Há comunidades/vilas próximas da zona rural em que o colégio se encontra, como por exemplo: São João do Oeste; Centralito; Centenário; Santa Barbara; Assentamento Valmir Motta; Reassentamento São Francisco; vila Colônia Esperança; Cajati; e São Salvador.

Nas imediações existem empresas do ramo de agronegócio, pequenas, médias e grandes indústrias de construção, veterinária, sementes e insumos agrícolas, bem como cerca de 1000 metros a entrada da Ferroeste, o qual é uma empresa ferroviária estatal brasileira, sendo uma das maiores empresas do Paraná.

2.7 Indicadores Educacionais

O Centro Estadual de Educação Profissional Agro Inovação – Professor Moacir Benedito Leme da Silva apresenta os seguintes índices internos de rendimento escolar:

ANOS	TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS	TOTAL DE ALUNOS APROVADOS	TOTAL DE ALUNOS NOS REPROVADOS	TOTAL DE ALUNOS EM DEPENDÊNCIA	TOTAL DE EVASÃO
2022	75	75	00	00	00
2023	121				

2.8 Organização Pedagógica

2.8.1 Organização dos estudantes e professores nas turmas no início do ano/semestre letivo

A organização pedagógica é conduzida pela Equipe Pedagógica, com o apoio da Equipe Diretiva, voltada aos aspectos que impactam no processo de ensino e aprendizagem. Logo no início do ano letivo, a partir das matrículas, ocorre a distribuição dos estudantes por turma e há o cuidado para que eles permaneçam nas turmas de origem; os novos, vão sendo acrescentados de forma equitativa. Há possibilidade de mudança de turma, baseada em critérios pedagógicos, sendo informada na rematrícula.

A Equipe Pedagógica se organiza, dividindo o acompanhamento das turmas e planejando semanalmente os atendimentos a professores, estudantes e pais, por meio da agenda.

Na organização curricular do Técnico Agrícola Integrado ao Novo Ensino Médio, considera-se a formação integral do estudante, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais, para tanto, deve seguir Matriz Curricular vigente, composta, por: I. Formação Geral Básica - FGB constituída por Arte, Biologia, Educação Física, Filosofia, Física, Geografia, História, Língua Inglesa, Língua Portuguesa, Matemática, Química e Sociologia; II. Parte Flexível Obrigatória – PFO composta por Educação Financeira e Projeto de Vida; III. 5º

Itinerário da Formação Técnica Profissional, sendo Unidades Curriculares: a. Itinerário Formativo Obrigatório – Agroecologia e Gestão Ambiental; Agronegócio, Administração e Extensão Rural; Culturas; Horticultura; Informática Aplicada; Infraestrutura Rural; Introdução Agricultura; Agroindústria; Manejo e Conservação de Solos; Prática Agropecuária; Zootecnia; b. Itinerário Formativo Eletivo – Agricultura; Agroindústria Aplicada; Meio Ambiente e Energias Renováveis; Mecanização Agrícola e Topografia; Zootecnia Aplicada;

A Educação Profissional é oferecida àqueles que pretendem obter formação voltada para o mundo do trabalho, visando à profissionalização, podendo ser organizados por itinerários formativos, observadas as orientações oriundas dos eixos tecnológicos.

A Educação Profissional no Centro Estadual de Educação Profissional Agroinovação - CEEP Agroinovação, oferta na rede pública estadual de ensino, o formato de Ensino Médio Integrado, o qual é direcionado aos estudantes que concluíram o ensino fundamental.

O ingresso aos estudos no CEEP Agroinovação se dá por meio de processo seletivo, o qual é divulgado em meados do mês de novembro, com o objetivo de que os alunos se inscrevam, registrando os dados pessoais, dos responsáveis legais, comprovante de endereço e não menos importante, o que estará sendo avaliado, o histórico escolar do (a) estudante (a). Este documento possibilita a averiguação da média escolar do sexto (6º) ao oitavo (8º) ano e das notas parciais do 1º e 2º trimestre do nono (9º) ano. Para após, os alunos serem entrevistados um a um, com perguntas direcionadas ao contexto do curso técnico Agrícola e sua aplicabilidade.

É permitido o ingresso de alunos na instituição de ensino para a efetivação da matrícula após o período de início do ano letivo, ou seja, movimentação de transferência apenas nos primeiros 40 (quarenta) dias de aula, sendo que após este período, é permitido somente a transferência de alunos para ingressar ao CEEP Agroinovação, apenas se for a mesma matriz curricular e avaliação pelo COnselho Escolar, pois se trata de uma carga horária superior para as unidades curriculares do itinerário formativo obrigatório.

2.8.2 Organização dos tempos e espaços e as rotinas escolares: dos horários (entrada, recreio, saída, intervalos, atividades de contraturno), utilização dos espaços (biblioteca, laboratórios, sala dos professores, uso das

plataformas), fila, recreio, uniforme, atrasos, uso do celular, dos encaminhamentos para tarefa de casa e trabalhos.

Os espaços da escola são organizados a partir das necessidades pedagógicas, com protocolos/regras para a utilização da biblioteca e dos Laboratórios de Informática e de Ciências da Natureza, os quais são apresentados aos estudantes no início do ano letivo.

O agendamento dos Laboratórios de Informática para a utilização das plataformas educacionais segue cronograma organizado pela Equipe Gestora e é acompanhado pelo auxiliar administrativo, atendendo às propostas de atividades planejadas pelos professores, de forma alternada, para que todos tenham acesso.

A organização dos tempos escolares, a exemplo de horários de entrada, recreio, saída, intervalos entre aulas e atividades de contraturno, é exposta em lugares de boa visualização para as famílias e comunidade local, no pátio e na sala dos professores.

Os sinais de entrada, saída e intervalo são organizados pelo computador da secretaria, sendo que em todos os ambientes há caixas de som para sua audição. A entrada para as salas de aula é organizada por fila, os estudantes são acolhidos pelos professores que assumiram as turmas e durante os intervalos são orientados a não saírem da sala e aguardarem o professor chegar. Os corredores são observados pelo inspetor de pátio (funcionário responsável pela interação com os estudantes). As saídas de sala, durante o período de aula, são autorizadas pelo professor mediante a entrega do crachá ao estudante, visando a um ambiente organizado e seguro.

O monitoramento dos atrasos e do uso do uniforme é feito pelos auxiliares administrativos, com encaminhamento de comunicados aos pais/responsáveis nas agendas e/ou por *e-mail* ou *whatsapp*, com o devido registro na Ficha Individual do Estudante.

O uso do celular em sala é orientado pelos professores, de acordo com a necessidade pedagógica, diante dos objetivos de aprendizagem a serem alcançados. As atividades para casa e os trabalhos, impressos ou atribuídos pelos docentes na Plataforma Quizizz, são registrados pelos professores no canto do quadro de giz, que se tornou uma espécie de agenda diária e permanente, ou seja, preenchida todos os dias.

Em cada sala fica disponível um cronograma no qual são registradas, pelo representante de turma, as datas de trabalhos e avaliações que a turma tem a realizar e entregar. Na sala dos professores há um mural de recados, armários e três *notebooks* para utilização durante a hora-atividade.

O Centro Estadual de Educação Profissional Agroinovação, conforme a Instrução própria do Departamento de Educação Profissional. A presença e a avaliação do estudante é de modalidade presencial, o qual tem regime de matrícula anual, voltada ao eixo tecnológico Recursos Naturais. O acompanhamento da realização das atividades e avaliações são feitas pelo professor, Equipe Pedagógica e Coordenação de Curso, a fim de garantir o desenvolvimento de um processo de ensino e aprendizagem efetivo e o docente.

2.8.2.1 Dos horários de entrada/saída/intervalos e organização noturna

PERÍODO MATUTINO		
HORÁRIO	DESCRIÇÃO / ATIVIDADES	RECURSOS HUMANOS
06h00	Despertar / Acordar	Todos
06h30 às 07h20	Café da manhã (45 min)	Todos
07h20	Fechamento do Alojamento	Inspetores
07h30	Início das aulas	Todos
10h00 às 10h15	Intervalo (15 min)	Todos
11h55	Término das aulas	Todos
12h00 às 13h00	Almoço (1 h)	Todos
PERÍODO VESPERTINO		
HORÁRIO	DESCRIÇÃO / ATIVIDADES	RECURSOS HUMANOS
12h10	Abertura do Alojamento	Inspetores
12h50	Fechamento do Alojamento	Inspetores

13h00	Início das aulas	Todos
15h30 às 15h45	Intervalo (15 min)	Todos
17h20	Abertura do Alojamento	Inspetores
17h25	Término das aulas	Todos
17h25 às 17h45	Lanche da tarde	Todos
PERÍODO NOTURNO		
HORÁRIO	DESCRIPÇÃO / ATIVIDADES	RECURSOS HUMANOS
17h25 às 19h30	Banho (1 h)	Todos
17h25 às 21h30	Organização interna do alojamento por quartos / oficinas / momento de realização de tarefas escolares / realização de atividades acadêmicas / momento de lazer	Equipes do dia
19h30 às 20h00	Jantar	Todos
21h30 às 21h55	Lanche da noite (ceia)	Todos
22h00	Debandar / Desligamento de luzes	Inspetores

2.8.2.2 Dos horários de atendimento do Laboratório de Informática/Biblioteca

A organização dos horários de atendimento às turmas com relação às plataformas educacionais, momentos de pesquisa e realização de atividades, se dá por meio de registros e alimentação quinzenal/mensal pelos professores, equipe pedagógica, direção e agente responsável pelo ambiente.

Dessa forma, todos possuem acesso remoto à planilha, cuja organização consta de atendimento das turmas, tendo sequência e atendimento dos professores conforme orientação do LRCO+Aulas, por exemplo, o uso das plataformas: Khan Academy, Leia Paraná, Redação Paraná, Inglês Paraná.

O ambiente e a organização consta também para os alunos e a professora da disciplina de Informática Aplicada, aulas que necessitam de ferramentas de inovação e agroinovação vinculadas às TIC's - Tecnologias de Informação e Comunicação. Conforme o link de acesso à plataforma e para consulta: <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1iI9xmLmoi3aQOM3hEsKkVVh2R2U0NEjsHI2dfVyQXfE/edit?usp=sharing>

2.8.3 Acompanhamento da frequência escolar, a busca ativa dos estudantes pula-pula, com faltas alternadas recorrentes e dos estudantes em situação de abandono escolar, o trabalho com a Rede de Proteção Social à Criança e ao Adolescente interna e externa;

O acompanhamento da frequência escolar é feito pelo B.I. Presente na Escola, visualizado pelo Diretor todas as manhãs, comparado com as anotações diárias feitas pelo auxiliar administrativo responsável ou pela pessoa indicada pelo Diretor, que entra em contato com a família do estudante ou com o próprio (quando maior de 18 anos), averiguando o motivo da ausência.

Os estudantes com faltas alternadas, conhecidos como pula-pula/frequência irregular, são orientados pelo Diretor em conversas individuais e/ou coletivas e convocados os familiares para identificação dos motivos e repasse das orientações, conforme o contexto.

Nos casos de abandono escolar, após 5 dias seguidos ou sete alternados, após a primeira busca ativa já ter sido realizada, a segunda busca ativa é organizada pelo Diretor ou pelo Diretor Auxiliar. O contato com as Instituições (Equipamentos) que participam da Rede de Proteção às Crianças e ao Adolescente, é realizado pelo pedagogo, que representa a escola nas reuniões mensais. Ele fará o registro no SERP ou na Ficha de Referência e Contrarreferência, no caso de Cascavel, após esgotadas todas as ações da Equipe Escolar, ou seja, quando já ocorreu a reunião com os responsáveis, na escola ou na casa do estudante, e este não tenha retornado às aulas, só então o Diretor encaminha ao SERP ou envia a Ficha de Referência ao Serviço/Equipamento da Rede de Proteção ou para o Conselho Tutelar, dependendo da situação.

Neste caso, o retorno do (a) educando (a) à instituição de ensino, não é mais viável e permitida, devido a carga horária ser alta das unidades curriculares

específicas e obrigatórias - disciplinas técnicas. Sendo necessário a transferência do (a) aluno (a) para o ensino médio regular.

2.8.4 Atendimento aos estudantes quando há falta de professores, a organização da reposição presencial e a reposição dos objetivos de aprendizagem.

O atendimento às turmas, no caso de falta de professor, segue o cronograma organizado no coletivo com representantes de todas as instâncias colegiadas, a partir de um banco de atividades organizado previamente pelos professores, utilizando para isso as aulas do Canal do Professor, as plataformas educacionais e o Google Classroom, sempre que possível. Os professores já deixam previamente organizadas as atividades quando se ausentam para consultas médicas, por exemplo.

A Equipe pedagógica realiza o atendimento da turma quando há ausência de um (a) professor (a) da disciplina da base nacional comum curricular, por exemplo, Matemática, Língua Portuguesa, Geografia, entre outros. No que tange ao itinerário formativo obrigatório integrado ao técnico, o coordenador de curso, realiza a mediação em sala de aula, das atividades conforme o planejamento do respectivo professor ausente.

2.8.5 Organização e acompanhamento da hora-atividade e a observação de sala de aula.

O tempo de hora-atividade é organizado tal como o das aulas e há um cronograma de atendimento do pedagogo ao professor; esse horário fica exposto na sala dos professores, no pátio, na sala do Diretor e na Secretaria da Instituição para a visualização de todos.

Durante o acompanhamento da hora-atividade é feito o planejamento da implementação do plano de aula, disponibilizado na aba Planejamento do RCO, a formação continuada em serviço dos professores por meio da apresentação de metodologias e recursos que venham a contribuir com a mediação do conhecimento escolar para o desenvolvimento das habilidades previstas.

A organização do tempo de hora-atividade prioriza o atendimento por área de

conhecimento, com o objetivo de que a maior parte dos professores tenha a possibilidade de efetivar o planejamento com seus pares, buscando uma perspectiva de trabalho interdisciplinar.

Após a formação, o pedagogo combina a observação de sala de aula com o professor, apoiando-o no desenvolvimento de práticas pedagógicas engajadoras.

A observação de sala de aula, compreendida como uma metodologia de formação continuada em serviço, é de responsabilidade do Diretor e do Diretor Auxiliar, os quais combinam previamente com o professor os critérios que serão observados, fazem o registro da observação na aba Observação de Sala de Aula no RCO, recebem o relatório com a indicação das possíveis metodologias ativas a serem desenvolvidas pelo professor, planejam e constroem o feedback formativo com o docente a partir das evidências, de forma dialógica, por meio de escuta ativa e dos questionamentos propositivos.

No CEEP Agroinovação, há três professores supridos, sendo que dois são coordenadores específicos da UDP (Unidade Didática Produtiva) - área Agrícola e Pecuária. Outro docente, está suprido como Coordenador de Curso, cujas suas atribuições, devem realizar a observação de sala de aula com seus respectivos professores que atuam na Educação Técnica Profissional. Contudo, dois direcionamentos são bem importantes: o trabalho colaborativo e integrado com a equipe pedagógica considerando a formação integral do estudante e a consideração das especificidades da modalidade no trabalho em parceria com os professores.

2.8.5.1 Modelo utilizado pelo CEEP Agroinovação: FICHA DE OBSERVAÇÃO E ORIENTAÇÃO FORMATIVA DE SALA DE AULA

A Ficha de Observação e Orientação Formativa de Sala de Aula é um instrumento utilizado pela equipe gestora (coordenadores da UDP - área Agrícola e Pecuária), coordenador de curso, equipe pedagógica e equipe diretiva.

A Ficha possui eixos norteadores para se realizar a observação, bem como as rubricas, das quais são necessárias para ter um parâmetro maior de construção da ação de implementação sendo necessário o feedback formativo ao docente. Conforme o link de acesso à Ficha:
<https://docs.google.com/document/d/1eIHjMxbUAsD4FEgN4QdPwi1OLzjzmN50/edit?usp=sharing&ouid=112855228924658635452&rtpof=true&sd=true>

2.8.6 Acompanhamento das ferramentas de gestão: BI Presente na Escola e Super BI 2023.

O acompanhamento das ferramentas de gestão: BI Presente na Escola e Super BI 2023 é feito pelo Diretor, o qual planeja ações junto com a equipe pedagógica, definindo mini-metas, instigando os avanços, articulando os vários segmentos para obter os resultados necessários à aprendizagem dos estudantes.

2.8.7 A formação continuada interna dos professores e pedagogos e no Grupo de Estudos: Formadores em Ação; Organização da agenda da Equipe Gestora e desenvolvimento do trabalho a partir do acompanhamento pedagógico feito pelo tutor/técnico.

A formação continuada interna ocorre para todos os profissionais da educação nos dias de Estudo e Planejamento, dos professores durante a hora-atividade, nas reuniões pedagógicas e nos feedbacks formativos.

A equipe gestora participa das jornadas do Grupo de Estudos: Formadores em Ação e incentiva a todos os professores a participarem também. A docência compartilhada tem sido uma experiência importante na escola. Por vezes os professores utilizam sua hora-atividade para assistir as webconferências disponibilizadas no Canal do Professor, de acordo com seu planejamento curricular.

A equipe gestora possui uma agenda semanal compartilhada e quinzenalmente ocorre o acompanhamento pedagógico do tutor/técnico pedagógico do NRE e nesse horário a maior parte dos pedagogos da escola procura participar.

A partir desses combinados são organizadas as ações pedagógicas prioritárias a serem desenvolvidas nos próximos 15 dias; mensalmente há uma reunião de alinhamento pedagógico entre os pedagogos de todos os turnos, o diretor auxiliar e o diretor, definindo as ações didático-pedagógicas a serem praticadas nos próximos trinta dias, definindo prazos e responsáveis.

Além do GE específico da Educação Técnica Profissional, nas instituições que ofertam a modalidade alguns mecanismos específicos de alinhamento possibilitam a formação continuada em serviço, como as reuniões de fluxo, que permitem momento formativo qualificado em que a equipe diretiva e pedagógica,

que se reúnem com a equipe escolar, com a finalidade de garantir uma melhor comunicação e integração entre seus pares e os processos pedagógicos.

2.8.8 Participação dos pais/família na escola;

A participação dos pais/responsáveis é instigada de diferentes formas: a cada trimestre, num sábado há a organização de uma atividade diferenciada destinada às famílias para integração por meio de palestras, atividades culturais e esportivas.

Os pais/responsáveis são atendidos mediante agendamento prévio para conversar com o pedagogo responsável pela turma e com os professores. As reuniões para entrega de boletins são feitas trimestralmente aos sábados com a participação de professores, estudantes e famílias.

O atendimento aos pais/responsáveis, sem agendamento, e ou na ausência do pedagogo responsável é feito pela Equipe Gestora, a qual providencia as informações necessárias mais emergentes e agenda um horário, se necessário com o Diretor, Pedagogo ou Professor solicitado.

Os atendimentos aos pais/responsáveis são registrados em Livro Ata e/ou Ficha Individual do Estudante. Prioriza-se o atendimento dos responsáveis, junto com o estudante, sempre que possível. Alguns pais fazem parte das Instâncias Colegiadas e contribuem muito para o desenvolvimento dos projetos.

2.8.9 Engajamento dos estudantes no processo de ensino e aprendizagem, nos projetos e programas;

Os professores buscam o engajamento dos estudantes no processo de ensino e aprendizagem por meio de aulas contextualizadas numa perspectiva integrada, com atividades práticas, desenvolvidas entre pares ou em grupo, buscando atingir os objetivos de aprendizagem por meio de pesquisa, metodologias e estudo ativo, bem como socializar os trabalhos realizados com as demais turmas sempre que possível; a pesquisa é direcionada em sala de aula, por meio de trabalho em grupo com foco no conhecimento e no desenvolvimento das habilidades e competências gerais; no início de cada trimestre são apresentados os objetivos de aprendizagem previstos, de acordo com o quadro organizador curricular, são definidas coletivamente as produções a serem realizadas, a aula de campo, as

apresentações e os critérios avaliativos.

Para a Educação Profissional e Técnica está descrito no Plano de Curso as práticas profissionais que serão efetivadas durante período de aulas, parceria com as instituições de ensino superiores públicas e privadas momentos de estudos, visitas técnicas, palestras, workshop e seminários, que contribuam para a melhoria da qualidade de ensino e possibilitem aos estudantes sua inserção no mercado de trabalho. A EPT prevê, ainda, integração com os diferentes níveis e modalidades da Educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

2.8.10 Processo de avaliação para a aprendizagem: combinados; instrumentos utilizados; periodicidade dos registros (bimestral, trimestral, semestral); formas de registro (parecer descritivo, notas); formas de comunicação dos resultados aos pais; Processo de Recuperação de Estudos (Retomada dos conteúdos e a Reavaliação);

O período de avaliação **trimestral**, com **média aritmética**, é organizado durante o planejamento junto ao pedagogo, por meio da seleção dos instrumentos, do planejamento das datas e da forma de comunicação, sistematizada com os pais/responsáveis.

Cada professor, a partir dos objetivos de aprendizagem, define os Instrumentos Avaliativos diversificados de acordo com as sequências didáticas e as necessidades evidenciadas durante o processo de ensino; as produções dos estudantes nas plataformas educacionais compõem parte do processo avaliativo; os resultados da Prova Paraná também são considerados dentro do processo avaliativo; as produções dos estudantes são transformadas em notas, considerando o mínimo de duas e o máximo de dez aferições por trimestre, de acordo com o Regimento Escolar. Os resultados são informados aos estudantes em um prazo que permita a recuperação de estudos dentro do trimestre.

A recuperação de estudos ocorre mediante a retomada dos objetivos de aprendizagem e a reavaliação, a partir de um novo instrumento avaliativo,

possibilitando a recomposição da aprendizagem.

Os estudantes com dificuldades de aprendizagem são monitorados e acompanhados pela equipe pedagógica, para inserção ao programa de Aluno Monitor. As notas são enviadas pela Sec Escolar após o Classe e visto favorável da Pedagógica e os resultados são divulgados aos pais/responsáveis, por meio do boletim escolar, na reunião de pais, com a participação dos estudantes.

Portanto, no CEEP Agroinovação, é constituído por dois momentos dentro de cada trimestre. Sendo, Primeiro Momento: no mínimo 02 (dois) instrumentos avaliativos: provas, pesquisas bibliográficas, observação de caderno, questionários, trabalhos em grupos, atividades práticas, seminários. O professor pode definir o valor de cada atividade. EX: Trabalho de pesquisa no valor de 4,0 pontos. Seminário no valor de 6,0 pontos. Somando assim 10,0. Segundo Momento: 01 (uma) prova denominada REGIMENTAL. Estará elaborada com questões objetivas e dissertativas. Ela será obrigatoriamente individual. Valor: 10,0 pontos. Com relação a Recuperação de estudos e notas do Primeiro Momento avaliativo, o professor fará a recuperação de estudos. Será retomado os conteúdos em sala de aula. R1 - A recuperação de notas será realizada quando concluirá as atividades do Primeiro momento. A recuperação será ofertada a todos os alunos, sendo obrigatória aos que não tiverem obtido no mínimo 60% da nota. As notas obtidas nas recuperações (R1 e R2) substituirão as notas do 1º e 2º Momento avaliativo, quando forem maiores. Em cada trimestre é obrigatório duas recuperações (valor 10,0 cada). A média trimestral será a soma dos registros de notas do 1º e 2º MOMENTO e após a divisão por 02 = média trimestral.

2.8.11 Organização do Pré-Conselho, o Conselho de Classe e o Pós-Conselho: participantes, definição de ações, formas de intervenção pedagógica e encaminhamentos; Acompanhamento do rendimento escolar e dos estudantes com dificuldades de aprendizagem.

Os Pré-Conselhos são realizados pelo pedagogo da turma com os professores durante a hora-atividade, de forma individual e com os estudantes, no coletivo da turma.

O Conselho de Classe é organizado pela equipe pedagógica, dirigido pelo Diretor, os dados coletados no Pré-Conselho são apresentados pela Pedagoga da

turma aos professores e ao representante de turma, momento em que são definidas as ações prioritárias a serem desenvolvidas, as formas de intervenção pedagógica, o nivelamento e encaminhamentos necessários.

No Pós-Conselho é realizado o acompanhamento do rendimento escolar pelos professores e pedagogos da turma; os estudantes com dificuldades de aprendizagem recebem explicações individuais dos professores, participam de grupos de estudos, em contraturno escolar, são inseridos no Programa Mais Aprendizagem e os pais ou responsáveis são atendidos individualmente pelo pedagogo da turma, junto com o estudante para orientação e planejamento das ações a serem desenvolvidas.

2.8.12 Atendimento ao estudante quando precisa de classificação, reclassificação, adaptação, aproveitamento de estudos, revalidação e equivalência, transferência em regime de progressão parcial;

Os casos de classificação, reclassificação, adaptação, aproveitamento de estudos, revalidação e equivalência, transferência em regime de progressão parcial, são discutidos pelo Secretário e pelo Pedagogo da turma, seguindo as normas do Regimento Escolar e as orientações pertinentes, com a formação de uma comissão de professores representantes, a organização de um plano de estudos dirigido, a elaboração, aplicação e correção de provas pelos professores, a análise dos resultados pela comissão e o registro das notas nos documentos escolares pela secretaria da escola, com divulgação aos pais e estudantes.

Para o atendimento aos estudantes da Educação Técnica e Profissional que solicitarem a matrícula de ingresso, por transferência e em regime de progressão parcial; o aproveitamento de estudos; a classificação e a reclassificação; as adaptações; a revalidação e equivalência de estudos feitos no exterior e a regularização da vida escolar deve ser levada em conta a legislação vigente, expedida pelo Conselho Estadual de Educação do Paraná.

2.8.13 Organização quanto à inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais, observando a Deliberação 02/2016 – CEE,

descrevendo como a Instituição de Ensino está preparada na sua estrutura quanto ao espaço físico, nos aspectos pedagógicos, quanto a formação continuada e adaptação curricular.

O atendimento aos estudantes com necessidades educacionais especiais é organizado dentro das especificidades apresentadas, seguindo a Deliberação 02/2016 – CEE, priorizando a adaptação curricular e do material pedagógico, quando necessário.

O CEEP Agroinovação não oferta atendimento educacional especializado no ano de 2023.

2.8.14 Organização das atividades ofertadas em Contraturno Escolar.

A escola não oferece nenhuma das atividades de ampliação de jornada, como por exemplo: o PMA - Programa Mais Aprendizagem, o Programa Aluno Monitor, EDUTECH, Robótica Paraná, AETE - Aulas Especializadas de Treinamento Esportivo, Educação Empreendedora, CELEM - Centro de Línguas Estrangeiras Modernas.

No entanto há uma organização internato para os alunos alojados no semi-internato, em que todos têm a oportunidade de se relacionarem com alguma oficina que se identifica, sendo que o próprio educando elabora um planejamento juntamente com o coordenador de internato, com o intuito de ressaltar necessidade de colegas, uma vez que tal ação se torna um modo colaborativo, construtivo e formativo para o sujeito e seu pleno desenvolvimento como cidadão.

No período noturno, alunos planejam e executam suas oficinas/atividades aos demais colegas, que por sua vez, através do interesse pessoal e coletivo, ocorrem semanalmente os encontros e aulas, sendo possível controlar também a frequência escola através da chamada em sala de aula e participação do discente às atividades concernentes aos momentos realização de tarefas escolares do dia.

2.8.15 Demandas sócio-educacionais, amparadas pelas legislações.

No ínicio de cada trimestre após a análise das PPCs e dos Planos de aula do RCO, os professores juntamente com a Equipe Pedagógica, organizam as demandas sócio-educacionais a serem trabalhadas pelos componentes curriculares de Arte, Filosofia, Sociologia, Biologia, História, Geografia, Química, Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Matemática, com as unidades curriculares Projeto de Vida e com os itinerários formativos obrigatórios do profissionalizando disciplinas de Agroindústria, Agricultura e Introdução a Agricultura, de acordo com as legislações educacionais relacionadas:

- História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena - Lei 10639/03 e Lei 11645/08 e Deliberação 04/06 (como a Equipe Multidisciplinar desenvolve suas atividades e participa da resolução de conflitos advindos do desrespeito aos Direitos Humanos e das questões da diversidade);
- História do Paraná – Lei nº 13381/01;
- Educação Ambiental - Lei Federal nº 9795/99; Política Estadual de Educação Ambiental - Lei Estadual nº 17505/2013;
- Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas - Lei nº 11343/06;
- Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - Lei Estadual nº 17650/2013;
- Educação Sexual e Prevenção à AIDS e DST - Lei nº 11.733/97 e 11.734/97;
- Estatuto do Idoso – Lei nº 10.741/2003;
- Educação para o Trânsito – Lei nº 9503/97;
- Enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes – Lei nº 11.525/2007;
- Estatuto da Juventude - Lei federal nº 12852/2013;
- Educação Tributária – Decreto nº 1.143/99 e Portaria nº 413/2002;
- Educação em Direitos Humanos – Resolução CNE/CP nº 01/2012;
- Musicalização – Lei nº 11.769/08;
- Brigada Escolar (Decreto Federal nº 7257/2010, Decreto Estadual nº 4837/2012 e Instrução 024/2012 – SEED/SUED),

2.8.16 Gestão escolar: pedagógica, administrativa, financeira.

O Diretor organiza a gestão da escola de acordo com o Decreto nº 7.943/2021, sendo que a gestão democrática é articulada junto ao Conselho

Escolar, à APMF e ao Grêmio Estudantil, buscando constituir espaços coletivos de participação.

O Conselho Escolar reúne-se mensalmente para análise e encaminhamentos administrativos, financeiros e pedagógicos, a APMF reúne-se bimestralmente ou sempre que necessário e a cada três meses, reúnem-se os representantes do Conselho Escolar, APMF e Grêmio Estudantil para discutirem situações que estão dificultando a aprendizagem de todos os estudantes, buscando definir coletivamente ações de intervenção.

O Grêmio Estudantil é composto por representantes de todos os turnos e tem a responsabilidade de promover atividades que oportunizem o protagonismo juvenil por meio de projetos, os quais são apoiados pelos professores representantes. A gestão administrativo-financeira é conduzida pelo(os) Diretor e Diretor Auxiliar e os auxiliares administrativos que cuidam da vida legal da escola, patrimônio, da prestação de contas do Fundo Rotativo, Relatório Mensal de Frequência (RMF), do cumprimento do Calendário Escolar. As ações são definidas junto ao Diretor e ao Conselho Escolar, articuladas e acompanhadas pelo(os) Diretor e Diretor Auxiliar.

A gestão pedagógica é liderada pelo(os) Diretor e Diretor Auxiliar em parceria com a equipe pedagógica, com foco na observação de sala de aula, sendo que o Diretor e Diretor Auxiliar observam a prática pedagógica dos professores pelo menos uma vez ao dia, dentro do processo de combinados, observação e feedback formativo. Posteriormente comunica ao pedagogo as evidências e necessidades pedagógicas.

A partir disso, organiza a formação do professor, faz a observação da aula e o feedback formativo, são observações do Diretor e do Pedagogo que possuem intencionalidades diferentes. O monitoramento das ferramentas de gestão como o BI Escola, o Super BI 2023 fica a cargo do Diretor, que a partir das evidências, define ações pontuais e mobilizadoras para o aumento da frequência, como a meta de 90% de presença diariamente.

O uso das plataformas educacionais é planejado na hora-atividade, junto ao pedagogo seguindo o cronograma de agendamento que é acompanhado pelo Auxiliar Administrativo responsável pela organização dos espaços, inclusive do Educatron, um recurso tecnológico que oportuniza diferentes abordagens pedagógicas.

2.8.17 Processo de transição dos Anos Iniciais para os Anos Finais do Ensino Fundamental e a transição dos Anos Finais do Ensino Fundamental para o Ensino Médio.

A transição entre as etapas, ou seja, dos Anos Iniciais para os Anos Finais do Ensino Fundamental e dos Anos Finais do Ensino Fundamental para o Ensino Médio e Educação Profissional e Técnica é uma ação desenvolvida em diferentes momentos.

No entanto, tal ação ocorre em colégios com a modalidade de ensino presencial regular. Desta forma no CEEP Agroinovação, se constitui com uma transição por processo seletivo, no qual o aluno egresso do 9º ano, por suas características e vontades de cursar o técnico agrícola, procura a instituição capacitada e deliberada com o curso profissionalizante para ingressar na 1ª série do Ensino Médio.

Quando realizado a inscrição fim de ano (antes de iniciar o ano letivo da primeira série), a equipe pedagógica têm acesso ao histórico escolar do (a) aluno (a) através de anexos pré-inscritos na secretaria. Estes documentos fornecem dados e possibilitam uma avaliação para conhecer as dificuldades de aprendizagem dos estudantes novos, investigando se os futuros estudantes possuem algum laudo médico que exija atendimento individual especializado.

Há uma iniciativa de integração entre os colégios do campo próximo e de outros distritos e/ou municípios. Para com o objetivo de divulgar o curso Técnico Agrícola, bem como conhecer o contexto educacional e situacional do 9º ano, antes de ingressar na 1ª série do ensino médio no Centro Estadual de Educação Profissional Agroinovação - CEEP Agroinovação.

2.8.18 Organização Pedagógica do Itinerário Formativo da Educação Técnica Profissional

A integração entre FGB, PFO e Itinerário Formativo da Educação Técnica Profissional, deve seguir a Matriz Curricular vigente, que descreve a carga horária para Formação Geral Básica (FGB), a Parte Flexível Obrigatória (PFO) e o Itinerário Formativo (IF) do curso escolhido. Na elaboração da PPC, essa organização deve ser considerada, tendo em vista a necessidade da integração dos professores da

FGB, PFO e do Itinerário.

Devido a implementação do Novo Ensino Médio, instituído na rede pública estadual a partir de 2022, os cursos implantados após esta data tem a matriz curricular e o Plano de Curso organizados em três séries. Contudo, é necessário que, quando ofertado pela instituição de ensino, as matrizes curriculares e os Planos de Cursos dos cursos implantados anteriormente a 2022, com carga horária distribuída em quatro séries, também sejam contemplados no documento até sua terminalidade, prevista para 2024.

A organização pedagógica do itinerário formativo obrigatório da educação técnica profissional para o Técnico Agrícola do CEEP Agroinovação abrange a qualificação e habilitação profissional técnica, com a carga horária mínima exigida, a ser cumprida pelo eixo tecnológico de 4.008 horas mais 134 horas de Estágio Profissional Supervisionado.

Tendo como objetivo formar profissionais para o setor Agropecuário, com conhecimentos sólidos em seu campo específico, bem como para atuar em diversas atividades e setores, com proatividade, liderança, multifuncionalidade, espírito empreendedor e responsabilidade social.

3 Elementos Conceituais

3.1 Sociedade e conhecimento

Destacar e compreender os elementos essenciais que caracterizam a sociedade na contemporaneidade é base para que a organização escolar reúna esforços coerentes com a formação dos estudantes que vivenciam esta realidade. A escola mantém-se como instituição de referência na veiculação, na produção do conhecimento e formação de cidadãos preparados para intervir, criar, agir, transformar e contribuir de maneira qualificada em seus contextos, por meio da prática social.

A concepção de sociedade e de conhecimento, entre contradições e possibilidades, muda ao longo do tempo. Em cada época, ao longo da história, é possível identificar diferentes explicações e formas de relação do ser humano com o conhecimento. Discute-se que com o advento da modernidade e dos avanços

científicos, a racionalidade foi exaltada em detrimento da subjetividade.

A crítica implícita, é de que a razão sobrepondo-se à imaginação, aos sentimentos, age como uma forma de cerceamento da liberdade, associando-se ao acúmulo de conhecimentos, ao rigor científico e constituindo campos disciplinares. Entende-se que a sociedade, nesta perspectiva, distingue cultura, economia, política, personalidade e valores, por exemplo.

A defesa apresentada em estudos relacionados ao tema é de que a sociedade reproduz este sistema, o que incide na manutenção de um olhar fragmentado, ou seja, direcionado para partes da realidade, com prejuízo em termos de conhecimento e significação do todo. Esta maneira de conceber a realidade trouxe consequências para a área educacional, instigando discussões relevantes, as quais serão abordadas no tratamento da questão curricular.

A relação entre conhecimento e sociedade é intrínseca. No atual contexto do século XXI, o ágil desenvolvimento na veiculação e difusão do conhecimento está atrelado aos avanços da tecnologia e da ciência. O ritmo das comunicações e da proliferação da informação confere à sociedade características que permitem o uso de expressões como: “sociedade do conhecimento”; “sociedade da aprendizagem”; “sociedade da informação”. Porém, é preciso considerar que uma sociedade do conhecimento em seu sentido literal e pleno não é possível quando se considera que os meios de acesso ao desenvolvimento de habilidades que possibilitam a transformação da informação em conhecimento e aos recursos necessários para tal, não estão disponíveis para todos os cidadãos.

A escola, inserida nesta problemática, pode ser considerada como espaço privilegiado para a democratização do conhecimento, considerando-se a aprendizagem como sinônimo da apreensão de saberes, conceitos, práticas e atitudes desenvolvidas pela instituição escolar por meio de práticas previamente planejadas e sistematizadas.

Admite-se, como marca de nosso tempo, a fluidez e transitoriedade da informação, o que gera uma nova relação com o conhecimento. Esta alteração atinge o professor que não detém a primazia do saber e da verdade absoluta. Os estudantes devem ser formados a buscarem informações de qualidade, produzirem

conhecimento, atribuindo sentido às suas aprendizagens à luz dos diferentes contextos que os atingem.

3.2 Trabalho, Ciência, Tecnologia

Destacar e compreender os elementos essenciais que caracterizam a sociedade na contemporaneidade é base para que a organização escolar reúna esforços coerentes com a formação dos estudantes que vivenciam esta realidade.

A escola mantém-se como instituição de referência na veiculação, na produção do conhecimento e formação de cidadãos preparados para intervir, criar, agir, transformar e contribuir de maneira qualificada em seus contextos, por meio da prática social.

A concepção de sociedade e de conhecimento, entre contradições e possibilidades, muda ao longo do tempo. Em cada época, ao longo da história, é possível identificar diferentes explicações e formas de relação do ser humano com o conhecimento. Discute-se que com o advento da modernidade e dos avanços científicos, a racionalidade foi exaltada em detrimento da subjetividade.

A crítica implícita, é de que a razão sobrepondo-se à imaginação, aos sentimentos, age como uma forma de cerceamento da liberdade, associando-se ao acúmulo de conhecimentos, ao rigor científico e constituindo campos disciplinares. Entende-se que a sociedade, nesta perspectiva, distingue cultura, economia, política, personalidade e valores, por exemplo.

A defesa apresentada em estudos relacionados ao tema é de que a sociedade reproduz este sistema, o que incide na manutenção de um olhar fragmentado, ou seja, direcionado para partes da realidade, com prejuízo em termos de conhecimento e significação do todo. Esta maneira de conceber a realidade trouxe consequências para a área educacional, instigando discussões relevantes, as quais serão abordadas no tratamento da questão curricular.

A relação entre conhecimento e sociedade é intrínseca. No atual contexto do século XXI, o ágil desenvolvimento na veiculação e difusão do conhecimento está atrelado aos avanços da tecnologia e da ciência.

O ritmo das comunicações e da proliferação da informação confere à sociedade características que permitem o uso de expressões como: “sociedade do conhecimento”; “sociedade da aprendizagem”; “sociedade da informação”. Porém, é preciso considerar que uma sociedade do conhecimento em seu sentido literal e pleno não é possível quando se considera que os meios de acesso ao desenvolvimento de habilidades que possibilitam a transformação da informação em conhecimento e aos recursos necessários para tal, não estão disponíveis para todos os cidadãos.

A escola, inserida nesta problemática, pode ser considerada como espaço privilegiado para a democratização do conhecimento, considerando-se a aprendizagem como sinônimo da apreensão de saberes, conceitos, práticas e atitudes desenvolvidas pela instituição escolar por meio de práticas previamente planejadas e sistematizadas. Admite-se, como marca de nosso tempo, a fluidez e transitoriedade da informação, o que gera uma nova relação com o conhecimento. Esta alteração atinge o professor que não detém a primazia do saber e da verdade absoluta.

Os estudantes devem ser formados a buscarem informações de qualidade, produzirem conhecimento, atribuindo sentido às suas aprendizagens à luz dos diferentes contextos que os atingem.

3.3 Cidadania e Desenvolvimento Humano

A compreensão da concepção de desenvolvimento humano é a que se integra à aprendizagem, mudança e transformação ao longo da vida, neste sentido, encontram-se em Vygotsky pressupostos essenciais, afastando-se da ideia do determinismo biológico. Aqui resumidos na estruturação dada pelo campo teórico apresentam-se cinco planos genéticos interligados.

A Filogênese, se assenta na história da espécie, associando um conjunto de condições similares que fazem dos indivíduos pertencentes à condição de ser humano. A Sociogênese que se traduz no mundo cultural no qual o indivíduo está inserido, o qual indica determinadas formas de vivenciar a passagem de uma fase

para a outra, da infância para a vida adulta, por exemplo. A Ontogênese está relacionada à trajetória percorrida pelos ciclos da vida, numa determinada fase o ser humano tem similaridades com outros que se encontram no mesmo período. A Microgênese indica o olhar para o desenvolvimento individual, ou seja, a experiência, o percurso histórico, o repertório de cada indivíduo o torna único.

Da Infância à vida adulta, cada cultura desenvolve formas de interação com esse percurso de acordo com a sua compreensão. Nesta perspectiva não se faz necessário trazer determinações etárias para definir em que idade se inicia e termina cada fase, considerando-se que essa noção de tempo associado à idade cronológica tem se transformado. Há estudos que indicam que o período da adolescência já se antecipou, estendendo-se e encurtando a infância.

Os meios digitais transformaram substancialmente a vida e as relações entre as pessoas na sociedade e este é um aspecto que precisa ser considerado quando se pretende elucidar as diferentes fases do desenvolvimento do ser humano numa perspectiva sócio-histórico-cultural. O contato com recursos midiáticos por crianças e jovens, no início mais restrito ao contexto escolar, ampliaram-se e ocuparam os espaços de lazer, de comunicação e de criação, em diferentes contextos.

Na fase escolar que caracteriza a entrada da criança na escola, ela já traz consigo um repertório cultural e espera-se que a atividade de estudo possa ocupar o lugar central no seu cotidiano, em detrimento de outras atividades mais lúdicas e simbólicas como o jogo, por exemplo. Ao adentrar à adolescência novos interesses e formas de comunicação ganham espaço, com destaque para o social, para a elaboração de posicionamentos diante da realidade e de projeções para o futuro.

Considerando-se o rápido fluxo de informações e mudanças nos modos de comunicação e interações presentes na sociedade atual, é importante caracterizar a vivência das juventudes com a tecnologias digitais. Veicula-se que os jovens têm maior facilidade com a aplicação de diferentes recursos, associando a eles a expressão “nativos digitais”. Há estudos que não convergem com esta afirmação porque defendem que dominar as tecnologias vai além do uso utilitarista de algumas ferramentas.

Os chamados “colonizadores digitais”, embora nascidos na era analógica,

trouxeram a sua contribuição para esta transformação. Já “imigrantes digitais” é uma referência àqueles que não aderiram rapidamente às novas formas digitais de comunicação e produção do conhecimento e precisaram se abrir a um período de aprendizagem de acordo com as necessidades cotidianas.

Dada a realidade, como já citado, tanto o segmento infantil como o juvenil não têm acesso com equidade ao universo conectado da rede, aos bens culturais, ao exercício pleno da cidadania, visto que, possuem condições básicas diferenciadas em termos de saúde, moradia, educação e trabalho, entre outras. Há também um imaginário sobre a juventude, baseado em critérios gerais e reducionistas que muitas vezes a descrevem como problemática e imatura, irresponsável.

O uso do termo juventudes deve ser acolhido no sentido de demonstrar reconhecimento de que ser jovem não está associado ao pertencimento a uma única categoria na sociedade, ou seja, um jovem indígena, não pode ser classificado da mesma forma que outro que participa da comunidade do campo. Os jovens se conectam com outros, muitas vezes, de realidades distintas.

A grande capacidade de aprendizagem dos estudantes pode se revelar na escola, mesmo que o maior vínculo que estabelecem com a instituição se dê em primeira ordem com base nas relações sociais que estabelecem. Os profissionais da educação são instigados neste encontro de gerações a aprimorar sua ação por meio do reconhecimento e acolhimento das diferentes experiências que estes estudantes reúnem com as variadas possibilidades de acesso ao conhecimento presentes nos contextos dos quais participam.

A escolarização se estende à vida adulta e este processo demonstra que é possível continuar aprendendo ao longo da vida. O adulto tem a atividade de trabalho como principal, mas os ambientes formais e mesmo informais de educação fazem parte do seu cotidiano. Considerando-se a realidade brasileira, a mobilização para a aprendizagem nesta fase, se dá por inúmeros fatores, desde a alfabetização, a conclusão da Educação Básica, a busca por qualificação profissional, o interesse pessoal sobre um tema, entre outros. O acesso à possibilidades de formação promove a abertura de horizontes, a ampliação e aprofundamento do conhecimento.

Devido ao papel crucial que representa para o desenvolvimento humano e exercício da cidadania, a escola é desafiada a dialogar com as diferentes realidades vividas por seus interlocutores, os quais encontram-se em constante transformação ao longo da vida.

O início da vida profissional é um momento muito importante, pois é onde se torna possível validar a escolha profissional do futuro de cada pessoa e a carreira pela qual ela passar alguns bons e longos anos realizando. Essa é uma das razões pelas quais o estágio é uma etapa importante no processo de desenvolvimento e aprendizagem do estudante, pois promove oportunidades de vivenciar na prática conteúdos acadêmicos, propiciando desta forma, a aquisição de conhecimentos e atitudes relacionadas com a profissão escolhida pelo estagiário.

A realização do estágio alia conhecimento acadêmico com a experiência vivencial do ambiente de trabalho, porque elucida e complementa na prática os temas abordados nas aulas pelo professor. Assim, o estudante pode reter melhor o conhecimento sobre a profissão escolhida, através da experiência galgada durante o programa de estágio.

O principal objetivo do estágio é proporcionar aos estudantes os instrumentos de preparação para a introdução e inserção no mundo do trabalho, mediante ambiente de aprendizagem adequado e acompanhamento pedagógico supervisionado pelo professor em sala de aula.

3.4 Educação; Ensino e Aprendizagem

A educação deve estar voltada para a formação integral do estudante, o que pressupõe o desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais e socioemocionais, incluindo fortemente a emancipação que pressupõe o desenvolvimento da autonomia nas relações de ensino e aprendizagem a fim de propiciar o enfrentamento e busca de soluções para desafios e problemas reais em diferentes contextos.

O conceito de autonomia não está amparado na ideia de uma construção pessoal, como um objetivo a ser atingido, atendendo a demanda de um contexto no qual o indivíduo busca desenvolver uma marca, numa perspectiva mercadológica. A autonomia é tida no campo da pesquisa como base da prática pedagógica, considerando que os estudantes são seres ativos, que em seu processo de desenvolvimento atribuem sentido à sua história.

A formação a serviço da emancipação intelectual do sujeito valoriza a apreensão do conhecimento, o processo do “conhecer”, do “aprender a saber”, superando uma atividade de simples memorização. Nessa perspectiva o estudante assume papel ativo porque reflete, se engaja, age de forma a mobilizar esforços para apropriar-se de um conjunto de saberes essenciais para a compreensão crítica da realidade. Considera-se que a aprendizagem se dá em tempos e espaços diferentes, assim, aprende-se além da instituição escolar e os conhecimentos prévios são base para que ocorra um diálogo entre professor e estudante, entre estudantes e demais sujeitos que venham a participar do processo de aprendizagem de forma não hierarquizada.

Uma relação mais horizontal entre docentes e estudantes no processo de ensino e aprendizagem não pressupõe a fragilização do compromisso do professor com a garantia dos direitos de aprendizagem. Trata-se de ressaltar o papel mediador docente, responsável pela organização intencional dos diferentes espaços de aprendizagem, pela articulação das melhores estratégias de ensino em relação ao seu contexto de atuação, possibilitando o exercício do protagonismo estudantil.

Se a aprendizagem ocorre em tempos diferentes é importante reconhecer a heterogeneidade no contexto escolar. A homogeneização de alguns processos de forma estratégica na gestão pedagógica não pode substituir a adaptação e reformulação do planejamento sempre que as necessidades do contexto assim o exigirem.

As práticas pedagógicas escolares vão além da transmissão e reprodução do conhecimento porque os estudantes devem ser capazes de articular os saberes, desenvolver o pensamento crítico, elaborar conclusões, projetar o futuro, posicionar-se, reunindo argumentos com base no conhecimento científico e agindo

de forma pertinente às necessidades de seu contexto.

Nesta perspectiva, a atuação docente é essencialmente mediadora visando favorecer a contextualização com base em uma organização pedagógica integrada. Busca-se uma aprendizagem que seja significativa, uma aprendizagem duradoura, em contraposição a uma aprendizagem mecânica. David Ausubel é a referência quando se aborda o tema. Para que tenha significado, o estudante deve se esforçar para conectar o “novo” conhecimento à sua estrutura cognitiva. O conhecimento prévio do estudante é a base para que os saberes possam se ancorar de forma significativa, ou seja, com sentido para o estudante.

Os elementos expostos convergem para uma organização didático-pedagógica que traga centralidade ao estudante no desenvolvimento da aprendizagem. No âmbito das metodologias participativas, a cooperação pode ser um passo inicial para que se atinja a colaboração. Os princípios da aprendizagem colaborativa por meio da partilha entre pares, sem hierarquia determinada, favorecem o desenvolvimento da autonomia e da capacidade de autorregulação por parte dos estudantes.

O professor deixa de exercer um papel de controle, impulsionando os integrantes da turma a tomarem decisões e atuarem com corresponsabilidade. Um exemplo desta prática se revela quando estudantes de um mesmo grupo se reúnem e juntos, de forma interdependente, buscam a solução para um problema, com o apoio ou não de recursos tecnológicos.

As chamadas metodologias ativas são incorporadas às aulas porque vão ao encontro de uma relação entre professor e estudante que tem como foco a aprendizagem e não o ensino e que por isso, dá centralidade ao estudante e não ao professor. Percebe-se que muitas delas estão sendo incorporadas às práticas pedagógicas, tais como: Sala de aula invertida, Instrução entre pares, Rotação por estações, Aprendizagem baseada em problemas, Gamificação.

Programas de Aprendizagem/Empregabilidade: A aprendizagem é estabelecida pela Lei nº 10.097/2000 e regulamentada pelo Decreto nº 9.579/2018 e estabelece que todas as empresas de médio e grande porte estão obrigadas a contratarem adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos.

Trata-se de um contrato especial de trabalho por tempo determinado, de no máximo dois anos. Os jovens beneficiários são contratados por empresas como aprendizes de ofício previsto na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, do Ministério de Trabalho e Emprego (MTE), ao mesmo tempo em que são matriculados em cursos de aprendizagem, instituições qualificadoras reconhecidas, responsáveis pela certificação.

A carga horária estabelecida no contrato deverá somar o tempo necessário à vivência das práticas do trabalho na empresa e ao aprendizado de conteúdos teóricos ministrados na instituição de aprendizagem.

De acordo com a legislação vigente, a cota de aprendizes está fixada entre 5% no mínimo e 15% no máximo, por estabelecimento, calculada sobre o total de empregados cujas funções demandem formação profissional, cabendo ao empregador, dentro dos limites fixados, contratar o número de aprendizes que melhor atender às suas necessidades. Atualmente a formatação dos programas de aprendizagem estão pautadas na Portaria MTE nº 671/2021.

3.5 Alfabetização e Letramento

A alfabetização e seus desdobramentos é tema de discussões no âmbito educacional de nosso país, dada à associação feita com os índices de analfabetismo e de expressivas dificuldades em leitura e escrita identificadas na Educação Básica. Sabe-se que atuar em sociedade de maneira cidadã pressupõe a garantia do domínio da linguagem materna.

A superação do ato de ler simplesmente, de decodificar é uma ação na qual os profissionais da educação devem estar imbuídos e nem somente aqui incluídos os professores alfabetizadores. A apreensão da leitura e escrita mobiliza a capacidade de compreensão, interpretação e produção do conhecimento.

Ao se tratar do tema alfabetização, portanto, o termo letramento deve acompanhá-lo porque tendo a linguagem uma função social, o indivíduo letrado é

capaz de fazer uso da língua em diferentes contextos e situações, compreendendo a alfabetização e letramento como um processo que acompanha todo o processo de desenvolvimento.

A adoção desta perspectiva por parte de gestores e professores possibilita mudanças qualitativas no encaminhamento do processo de alfabetização e letramento dos estudantes, visando superar possíveis lacunas ao longo da escolarização.

3.6 Curriculo

No Estado do Paraná, a oferta do ensino fundamental, nas redes públicas, é organizada em regime de colaboração entre estado e municípios, na qual os anos iniciais estão municipalizados em 99,49% e 98% dos anos finais estão sob a responsabilidade do estado (BRASIL/INEP, 2017).

Há o cuidado de promover a transição entre as etapas do fundamental, anos iniciais para o fundamental, anos finais e deste último com a 1^a série do ensino médio de forma acolhedora e formativa, no sentido de que o estudante perceba que há uma continuidade nos estudos e que suas aprendizagens anteriores são relevantes para a continuidade em um novo segmento.

Diante da oferta da rede estadual, os referenciais curriculares que atendem aos segmentos da Educação Básica e que são a base para a construção das Propostas Pedagógicas Curriculares das escolas são: O Crep, Currículo da Rede Estadual Paranaense (anos finais) que complementa o já aprovado Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações. O Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná, O Currículo da Formação Geral Básica do Ensino Médio e os Cadernos dos Itinerários Formativos organizados para as diferentes organizações escolares e todas as modalidades atendidas.

Há o chamado Currículo Priorizado, elaborado para priorizar elementos curriculares, entre eles, determinados conteúdos, diante do contexto da pandemia. Os documentos encontram-se disponíveis em:

https://professor.escoladigital.pr.gov.br/estudo_planejamento/curriculos_priorizados

A escola com base nos registros de aprendizagem dos estudantes realiza ações que remetem à flexibilização curricular, buscando em um processo de nivelamento, promover a aprendizagem qualificada de todos os estudantes;

A Base Nacional Comum Curricular - BNCC para o ensino fundamental e médio apresenta os saberes essenciais que representam direitos de aprendizagem dos estudantes. Com a sua publicação, a normativa para a elaboração curricular define o desenvolvimento de competências e habilidades, apresentadas por áreas de conhecimento, numa perspectiva de formação integral.

O termo competência é definido pela BNCC como a “mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2018).

A BNCC inaugura um período em que se pretende uma ruptura com o currículo disciplinar até então vigente nas escolas do Paraná. A integração curricular foi trazida como estratégia de organização do currículo em áreas do conhecimento, a fim de dialogar com todos os elementos previstos na proposta pedagógica na perspectiva não linear da formação integral do estudante, contemplando seu projeto de vida e sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais.

Nesta perspectiva, no estado do Paraná a elaboração do planejamento tem como ponto de partida os objetivos de aprendizagem, que regulam a prática docente na escolha das melhores estratégias para atingir o desenvolvimento das habilidades e consequentemente das competências gerais e específicas.

É fato que discursos atuais e pesquisas demonstram perspectivas diferenciadas na produção do conhecimento, apontando para práticas colaborativas, conhecimento em rede, integração disciplinar, inter e transdisciplinaridade, veiculando-se a ideia de conexão, interdependência entre os seres vivos, do respeito à Terra, à vida. Percebe-se que esta discussão chegou aos documentos curriculares com forte apelo à integração dos saberes, à contextualização, ratificando a interrelação entre os componentes curriculares.

3.7 Educação inclusiva

Quando se trata de educação inclusiva, conscientes da igualdade no direito à educação, deve-se assumir que nenhum estudante pode estar à margem, excluído do processo de aprendizagem. O princípio da equidade pode ser buscado no sentido de que aqueles com necessidades especiais tenham o que precisam para se desenvolverem como os demais. Isso pressupõe a existência dos recursos necessários, de formação continuada aos professores, de uma organização escolar que atenda a diferentes especificidades.

Salienta-se que a inclusão escolar, além de atender a uma determinação legal, trata do reconhecimento das diferenças entre as pessoas, as quais aprendem, interagem e se comunicam de maneiras diferentes. Apesar deste reconhecimento a inclusão não deixa de ser até os dias de hoje um desafio para as escolas e suas equipes. A literatura nos apresenta bases conceituais para compreendermos o universo das necessidades educativas especiais e como podemos promover efetivamente a inclusão no espaço escolar.

No Estado do Paraná, o Departamento de Educação Especial é o órgão responsável pela orientação da política de atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais, em cumprimento aos dispositivos legais e filosóficos estabelecidos na esfera federal e em consonância com os princípios norteadores da Secretaria de Estado da Educação – SEED. Acredita-se que as instituições escolares e os profissionais da educação podem contribuir amplamente divulgando as práticas que se mostraram efetivas no processo de adaptação curricular.

3.8 Tecnologias educacionais, mídias digitais e plataformas educacionais

A cultura digital está muito impregnada na sociedade o que traz impactos positivos à área educacional, tais como a formação de comunidades de

aprendizagem que reúnem grupos que se conectam, partilham informações e produzem conhecimento reunidos por interesses afins (colaboração, cocriação). Neste âmbito, é preciso considerar que nas interações em rede são veiculadas também informações falsas (fake news), o que demonstra o importante papel desempenhado pela educação formal e informal quanto ao desenvolvimento de um comportamento ético dos usuários da rede diante do grande fluxo de trocas que ocorrem por meio das redes sociais, de aplicativos e plataformas digitais, a fim de que usem o discernimento na ações de compartilhamento e produção do conhecimento.

Diante das novas formas de comunicação como a síncrona (interlocutores utilizam um canal de comunicação ao mesmo tempo) e assíncrona (a troca de informações não ocorre de forma simultânea) que se distinguem no ciberespaço, já são vividas nas instituições escolares novas possibilidades de desenvolvimento da práticas pedagógicas.

Sabe-se que os estudantes e professores utilizam a comunicação em rede para atingir objetivos de aprendizagem pretendidos. Ressalta-se que, para usufruírem plenamente desta possibilidade faz-se necessário a organização prévia, a intencionalidade das ações, dirigidas ao uso efetivo dos recursos digitais disponíveis a favor da aprendizagem. Neste sentido, lembra-se que o acesso a uma gama de informações ou mesmo o uso da tecnologia digital não se traduz automaticamente em produção de conhecimento de qualidade e inovação da prática docente.

O Projeto Político-Pedagógico que visa à formação crítica e desenvolvimento da autonomia, pressupõe a viabilização de uma organização escolar que integre as tecnologias digitais aos processos formativos planejados e implementados. Os espaços de aprendizagem, antes utilizados majoritariamente para a transmissão de saberes, modificaram-se, são dinâmicos, presenciais e digitais, com evidenciada atuação mediadora dos docentes.

Dos profissionais da educação espera-se atualização constante visando sintonia com as possibilidades de inovação, incorporando diferentes ferramentas pedagógicas à favor da aprendizagem, mobilizando situações interativas e

colaborativas, com a participação ativa dos estudantes.

O uso de recursos tecnológicos para fins pedagógicos oportuniza o desenvolvimento de práticas inovadoras que potencializam o processo de ensino e aprendizagem. As mídias digitais são conteúdos divulgados por meio digital, ou seja, pela internet, pen-drive, as quais permitem a mediação e elaboração do conhecimento tanto por parte dos professores como dos estudantes.

As plataformas educacionais constituem-se num conjunto de sistemas tecnológicos que oferecem a possibilidade de ampliação das experiências escolares, permitindo o desenvolvimento de habilidades e competências transversais, bem como o acompanhamento personalizado da produção do estudante, o qual pode avançar no processo de aprendizagem, definindo seu percurso, apoiado pelo professor.

3.9 Avaliação para a aprendizagem e Recuperação de estudos

A avaliação está a serviço do trabalho pedagógico e deve ser estruturada de forma a contribuir com a aprendizagem dos estudantes, os quais devem ser incluídos neste processo. Neste sentido, defende-se a avaliação formativa que se caracteriza por sua integração aos processos de ensino e aprendizagem. Inclui o feedback, a autoavaliação e considera o processo de autorregulação da aprendizagem, orientada para a melhoria das aprendizagens, acima de finalidades que podem estar subjacentes ao processo como a classificação, certificação e a apresentação de resultados obtidos.

Inserida em todo o processo pedagógico, entende-se que o planejamento, a prática docente, as ações dos estudantes e a avaliação estão interconectadas, sendo muito pertinente que as atividades propostas para ensinar e consequentemente aprender, fossem consideradas como instrumento avaliativo.

Como ponto de partida, o olhar do docente deve se voltar para os objetivos de aprendizagem que descrevem quais evidências de aprendizagem serão perseguidas. Para uma próxima etapa, o caminho mais indicado é a escolha de instrumentos diversificados de avaliação coerentes com todo o processo desenvolvido ao longo das relações de ensino e aprendizagem construídas e com o

que se busca avaliar.

Na instituição escolar os registros do acompanhamento da aprendizagem devem ocorrer concomitantemente ao desenvolvimento das práticas e produções pedagógicas, com paradas estratégicas a cada período avaliativo de acordo com a organização do sistema escolar (bimestral, trimestral ou semestral). Atingir as aprendizagens pretendidas é resultado de um processo dinâmico, no qual são estabelecidas diferentes formas de interação dos estudantes com os saberes e assim, variados níveis são atingidos, considerando-se as habilidades a serem desenvolvidas em cada segmento (ensino fundamental - anos finais e ensino médio).

A avaliação formativa assume uma “função remediadora” devido a ação contínua voltada às intervenções que se mostrem essenciais para a melhoria da aprendizagem dos estudantes, considerando-se que aprendem em ritmos diferentes. Neste ponto, destaca-se a recuperação processual como direito do estudante e compromisso que deve ser assumido por todos os envolvidos: a equipe diretiva propiciando ampla comunicação e apoiando ações que favoreçam a organização escolar, a equipe pedagógica orientando estudantes e responsáveis sobre a rotina de estudos, os direitos de aprendizagem e o devido acompanhamento escolar; ainda, apoiando e orientando o planejamento e a prática pedagógica junto à equipe docente.

A “diferenciação e individualização” da aprendizagem é desafiante, mas torna-se um pressuposto que instiga os professores a buscarem diferentes estratégias para regular o processo de aprendizagem, visualizando e buscando atender a diferentes necessidades dos estudantes.

As avaliações externas podem ser aplicadas por um profissional participante da comunidade escolar ou não, e têm grande alcance (em larga escala). Sua importância deve-se ao fato de contribuir com o fomento, formulação e monitoramento de políticas públicas. No contexto do ensino público, embasam diagnósticos e ações voltadas ao sistema educacional brasileiro.

Destaca-se o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) realizado pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) e elaborado a partir de matrizes de referência, com o objetivo de traçar um diagnóstico da educação básica brasileira, sendo aplicado a cada dois anos. O

IDEB é um Índice de Desenvolvimento da Educação Básica que é composto pelos resultados do fluxo escolar e as médias de desempenho dos estudantes. O desempenho apurado no SAEB é associado às taxas de aprovação registradas no Censo Escolar.

A Prova Paraná Mais é uma avaliação em larga escala, que avalia, de forma censitária, o desempenho dos estudantes do 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e 3ª e 4ª série do Ensino Médio da rede estadual do Paraná, bem como, os estudantes do 5º e 9º ano do Ensino Fundamental da rede municipal daqueles municípios que aderirem à avaliação. Tem como objetivo verificar a qualidade da educação pública em todo o estado do PARANÁ, produzindo resultados por estudante, turma, escola, município, Núcleo Regional de Educação (NRE) e estado. Destaca-se como orientação balizadora os resultados da Prova Paraná Mais 2022, elemento importante no processo de (re)planejamento escolar considerando o contexto do retorno às aulas presenciais, após a sua suspensão, em março de 2020, devido à pandemia da Covid-19, e a necessidade de recomposição das aprendizagens para o ano de 2022 no estado e de replanejamento para o ano de 2023.

A Prova Paraná é um instrumento de avaliação elaborado com o objetivo de identificar as dificuldades apresentadas, bem como, as habilidades já apropriadas pelos estudantes durante o processo de ensino e aprendizagem nos componentes curriculares de Língua Portuguesa, Matemática, Língua Inglesa, Ciências da Natureza, Geografia e História e no Ensino Médio em Língua Portuguesa, Matemática, Língua Inglesa, Química, Física, Biologia, História, Geografia, Sociologia e Filosofia. É uma ferramenta para o professor e equipe gestora da escola, elaborarem a partir de evidências, ações para melhoria da aprendizagem.

3.10 Gestão Escolar

A atuação do diretor escolar é crucial para o aprimoramento da gestão em direção a resultados positivos quanto ao rendimento dos estudantes. Membros da comunidade participam dessa administração por meio das instâncias colegiadas, assim como, funcionários administrativos e equipe pedagógica.

Profissionais da educação, com base em seus méritos, muitas vezes ligados

à docência assumem esta responsabilidade por escolha de seus pares e da comunidade em geral ou por critérios de seleção e para tal buscam desenvolver competências para o exercício da função.

Heloísa Lück é uma autora de referência nesta temática e indica que existem determinados conhecimentos, habilidades e atitudes que são esperadas de um profissional no desempenho de determinada função. A gestão de uma instituição escolar precisa acompanhar as perspectivas de inovação disponíveis.

A tecnologia com suas diversas possibilidades como recurso pedagógico deve estar presente, a interatividade e a mudança na organização de tempos e espaços de aprendizagem é uma realidade. Qual é a escola que queremos? Quais aprendizagens? Como será a escola do futuro?

Cabe à direção conhecer os desafios que a sociedade contemporânea impõe à estrutura escolar diante de sua função social. Ter clareza dos segmentos que atende, a quem se destina a formação ali realizada, quem são os estudantes? De onde eles vêm? Quais seus interesses e expectativas?

Para gerir as atividades de ensino e aprendizagem é necessário ter uma atuação que ultrapassa o caráter administrativo e assume uma perspectiva pedagógica. Como é constituída a equipe docente? São profissionais de carreira? Qual o nível de formação e experiência? Como se dá a formação em serviço no espaço escolar?

São várias as dimensões que envolvem a gestão de uma escola. A comunidade escolar precisa participar, ser convidada a estar presente e sentir-se reconhecida, acolhida, mediante o contexto no qual a instituição está inserida.

O exercício de uma efetiva liderança pode contribuir para a construção de uma cultura escolar baseada no compromisso e engajamento dos que a constituem, formando laços de equipe com ações planejadas que vão ao encontro de objetivos educacionais.

3.11 Formação Continuada do professor

A formação docente é um elemento indissociável quando se pretende colocar um plano de trabalho em ação, ou seja, a formação ressignifica a prática pedagógica, orientada ao atendimento de um determinado contexto de

aprendizagem. Estudos sobre o tema demonstram que somente a formação inicial não é suficiente para o enfrentamento dos desafios inerentes à atuação profissional.

Defende-se a formação para e no exercício da função. Isto quer dizer que há pesquisas e experiências que defendem a participação do professor em seu processo formativo. Os docentes têm condições de refletir sobre a própria prática e para tal necessitam de espaços de discussão no seu ambiente mais próximo de atuação: a escola.

A interação entre pares pode ter um efeito mobilizador da aplicação de novas possibilidades pedagógicas às estratégias de ensino, com novos e/ou melhores resultados para a aprendizagem dos estudantes.

Ratifica-se que a associação entre teoria e prática no contínuo processo formativo dos professores é fundamental para que a atividade de ensino tenha sentido e mobilize as mudanças necessárias. Exemplos de formação continuada em serviço no estado do Paraná podem ser citados, como a Observação em Sala de Aula e o Grupo de Estudos: Formadores em Ação.

A observação de sala de aula é uma metodologia de formação em serviço que possibilita ao professor e a Equipe Gestora refletirem sobre o processo de ensino a partir de questões propositivas.

É uma prática construída por meio de combinados entre a equipe e o docente e, principalmente, é uma ação formativa que envolve três momentos: antes, durante e depois.

O antes constitui-se na preparação para a realização da observação de sala de aula, ou seja, é preciso começar pelo acolhimento e pelo objetivo, delimitando o que espera do professor e aonde pretende chegar.

O durante é caracterizado pela efetivação dos instrumentos e critérios previamente estabelecidos no acompanhamento da hora-atividade. Para esta ação é importante que o observador escolha um local estratégico em sala de aula, utilize os instrumentos e critérios previamente combinados, bem como evite interferir na dinâmica de trabalho do professor.

O depois deve acontecer com a finalidade de construir o feedback formativo da observação realizada, de forma dialógica. Para esta ação é importante que o observador planeje a devolutiva, o que envolve o agendamento de dia e horário, formas de registro, questões propositivas e sugestões de trabalho pautadas nas

técnicas de Lemov.

O Formadores em Ação constitui-se num grupo de estudos voltado à formação continuada em serviço dos profissionais da educação, que prioriza e oportuniza a troca de experiências entre pares, trazendo o próprio professor e pedagogo da rede para mediar e compartilhar discussões e aprendizagens.

A proposta é que por meio da troca de experiências e do trabalho colaborativo, possam ressignificar a sua prática pedagógica, adotando metodologias ativas e recursos tecnológicos para aperfeiçoá-la, tornando a aprendizagem dos estudantes mais significativa. Atualmente o GE conta com 58 temáticas, buscando atender e contribuir com as diversas realidades da rede estadual do Paraná.

4 Elementos Operacionais

4.1 Plano de Ação

A elaboração do Plano de Trabalho Docente, que é o momento do planejamento docente, representa a intencionalidade da proposta de ensino e aprendizagem, trazendo consigo as concepções e decisões tomadas, coletivamente, e expressas na efetividade da prática educativa.

O Plano de Ação 2022 – 2025 do CEEP Agroinovação, foi desenvolvido, programado e motivado pela clara percepção de que a qualidade do ensino se assenta, dentre um dos aspectos mais fundamentais, sobre a competência profissional dos gestores escolares e nossa capacidade de organizar, orientar e liderar as ações e processos promovidos na escola voltados para a promoção da aprendizagem e formação dos alunos que serão os Técnicos Agrícolas de nossa Região do Oeste do Paraná.

O CEEP Agroinovação destaca seu plano de ação em <https://drive.google.com/file/d/1eDM1SPhMWfoLwKTW8euWt3EcleMQKIhr/view?usp=sharing> - com o intuito de toda a comunidade escolar contribuir/somar com o Planejamento de Ações Educativas, articulando as metas aos objetivos, os fundamentos, os conteúdos e as estratégias metodológicas, considerando os

contextos comunitário e escolar, as condições e o ambiente educacional, os sujeitos envolvidos, a qualidade, a habilidade e a experiência dos educadores (as) e o processo de avaliação e acompanhamento.

4.2 Oferta de estágio obrigatório e não obrigatório

4.2.1 Instituições Concedentes de Estágio:

Todas as Instituições de Ensino são concedentes, servindo como campo de estágio para os estudantes do Ensino Superior em licenciatura nas Instituições de Ensino públicas e privadas, oficiais ou reconhecidas pelo Ministério da Educação, cujo objetivo é propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem em uma ação planejada, executada, acompanhada e avaliada em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, constituindo-se em instrumento de integração teoria e prática, conforme o Plano de Estágio, baseado na Deliberação 02/2009 – CCE/PR e na Lei 11.788, de 25/09/2008.

Nesse processo, a Secretaria Estadual de Educação realiza o Termo de Convênio junto às Instituições de Ensino Superior (IES) para que as Instituições de Ensino da Educação Básica ofertem o campo de estágio, celebrado o Termo de Compromisso com o educando e a IES, zelando por seu cumprimento.

Além da realização do Termo acima citado, a Instituição de Ensino da Educação Básica promove:

- oferta de instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
- indicação do professor(a) ou pedagogo(a) do seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente.

Em relação ao acompanhamento do estágio, tanto o pedagogo quanto o professor supervisor desenvolvem as seguintes atividades, abaixo relacionadas:

a) Orienta o estagiário a respeito da organização das atividades que serão desenvolvidas e sobre a conduta funcional e normas disciplinares do ambiente de trabalho.

b) Adequa, junto ao estagiário, o plano de atividades.

- c) Supervisiona o desenvolvimento das atividades.
- d) Registra a frequência do estagiário.
- e) Preenche o Relatório de Estágio, com indicação resumida das atividades desenvolvidas e especificação dos períodos.
- f) Zela pelo cumprimento do Termo de Compromisso.

4.2.1.1 Instituições Demandantes de Estágio:

Estágio é um ato educativo escolar supervisionado, realizado no ambiente profissional, que visa a preparação para o mundo trabalho, cujo objetivo é propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem e deve ser planejado, executado, acompanhado e avaliado em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, constituindo-se em instrumento de integração teoria e prática, conforme o plano de estágio, baseado na Deliberação 02/2009 – CCE/PR, a Lei 11.788, de 25/09/2008, e Instrução Normativa nº 01/2021 – SEED/DPGE/DLE, prevendo, entre outros, que: a Instituição de Ensino e a concedente devem avaliar o estágio em um prazo não superior a 6 meses; a jornada não pode comprometer a frequência às aulas e o cumprimento dos demais compromissos escolares; a jornada de estágio deve constar no termo de compromisso; a duração do estágio, com a mesma instituição concedente, não poderá exceder dois anos; o estágio obrigatório e não obrigatório não cria vínculo empregatício de qualquer natureza.

Nas Instituições de Ensino da rede pública estadual do Paraná, o estágio obrigatório e não obrigatório é orientado pela supracitada Instrução, que contempla os procedimentos de estágio dos estudantes da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, do Ensino Médio, da Educação Especial e dos Anos Finais do Ensino Fundamental, na modalidade Profissional da Educação de Jovens e Adultos.

Ainda de acordo com o documento orientador, o estágio poderá ser:

- **Obrigatório:** definido como componente curricular obrigatório, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma, previsto na legislação vigente, conforme a natureza do perfil profissional.

- **Não obrigatório:** aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga-horária regular e obrigatória para estudantes com idade mínima de 16 (dezesseis) anos, conforme o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

Observa-se que no anexo do Projeto Político Pedagógico (PPP) consta o plano de estágio, o qual aponta as atribuições de cada agente envolvido. Bem como para consulta pública através do link: https://drive.google.com/file/d/1i1lptrz_FPMoVC7U3etiKlfzvCKMYL0M/view?usp=sharing.

Destaca-se que, junto aos estudantes matriculados no Ensino Médio Regular, o acompanhamento do estágio não obrigatório é realizado pelo pedagogo; quando o estudante estiver matriculado na Educação Profissional Técnica de Nível de Médio, a supervisão será feita pelo coordenador de curso; em relação ao estágio obrigatório, o acompanhamento é de responsabilidade do coordenador de estágio. Nesta ação, acontece o monitoramento do rendimento e da frequência escolar, da avaliação do aluno estagiário, das práticas desenvolvidas e das atividades concorrentes.

A prática do estágio é de suma importância, haja vista subsidiar a formação integral do estudante, possibilitando a vivência e a contextualização do currículo propiciando ao estagiário a sua inserção no mundo do trabalho.

Já a prática de estágio não obrigatório, a instituição CEEP Agroinovação oferta o curso técnico agrícola modalidade presencial de forma integral, embora não haja tempo/espaço para os educandos praticarem estágio não obrigatório (estágio remunerado), prevê-se que em qualquer circunstâncias pode haver interesse em outros períodos por parte dos alunos. **Segue o Plano de estágio não obrigatório:** <https://drive.google.com/file/d/1VPdYekDgqtxegkAvCHo5AQNR8mLrlkri/view?usp=sharing>

4.3 Atividades, programas e projetos

O Centro Estadual de Educação Profissional Agroinovação não oferece PMA (Programa Mais Aprendizagem), Programa Aluno Monitor, CELEM (Centro de Línguas Estrangeiras Modernas), AETE (Aulas Especializadas de Treinamento Esportivo), Vôlei em Rede, Educação Empreendedora, Edutech e Robótica.

4.4 Brigada Escolar

O Programa Brigadas Escolares – Defesa Civil na Escola visa promover ações para assegurar a integridade física e o bem-estar da comunidade escolar junto às redes estaduais e municipais públicas de ensino, e às instituições de ensino na modalidade de educação especial parceiras.

É uma parceria entre a Coordenadoria Estadual da Defesa Civil do Paraná, a Secretaria de Estado da Educação e a Secretaria de Estado da Segurança Pública, por meio do Corpo de Bombeiros.

A Formação de Brigadistas Escolares é uma formação continuada na modalidade EaD e Presencial, que objetiva formar profissionais da educação para compor as Brigadas Escolares nas Instituições de ensino das redes públicas estadual e municipal. Os Brigadistas Escolares de cada instituição de ensino são nominados anualmente em ata própria. A Formação de Brigadistas Escolares é constituída de duas (02) etapas:

Etapa EaD - carga horária de 70h que será ofertada pela Escola de Defesa Civil. Etapa Presencial - carga horária de 24h descentralizada nos NRE.

O Programa foi instituído pela Lei nº 18.424, de 08 de janeiro de 2015, alterada pela Lei nº 20.863, de 07 de dezembro de 2021, e regulamentada pelo Decreto nº 4.587, de 13 de julho de 2016.

Por meio do Programa, o CEEP Agroinovação Professor Moacir Benedito Leme da Silva, do município de Cascavel/PR, nomeou a equipe de brigadistas que é composta por Rosimar Baú (Diretor geral), Eraldo Luiz Aquino (Secretário), Ricardo Pereira Munhoz (Pedagogo e Coordenador de Internato), Edivani Aparecida Melnik (Inspetor de Internato noturno), Flavia Danieli Rech Cassol (Docente), Giovani Felipe dos Santos Teza (Coordenador da Pecuária UDP - Unidade Didática Produtiva), Vanderleia Pereira (Inspetor de Internato Diurno), sendo estes profissionais formados no Curso de Formação.

A equipe, devidamente nomeada com registro em ata específica, elaborou um Plano de Abandono para situações de emergência. O referido Plano, é executado como treinamento, duas vezes ao ano, sendo uma realização no 1º semestre e uma realização no 2º semestre do ano letivo (datas registradas em calendário escolar).

O principal objetivo deste Plano de Abandono Escolar, é preparar a comunidade escolar para uma resposta imediata de evacuação da Instituição diante de uma emergência, em especial um foco/princípio de incêndio ou outro sinistro que

necessite execução do Plano de Abandono da edificação. Esta medida educativa de planejamento e treinamento diminui a probabilidade de um incêndio acontecer e mantém a comunidade escolar seguramente protegida.

Para realização destes treinamentos, toda comunidade escolar é orientada a deslocar-se de maneira rápida e organizada para um Ponto de Encontro pré-estabelecido. No CEEP Agroinovação ficou definido como Ponto de Encontro para situações de emergência e/ou sinistro quando ocorrido nos Espaços Administrativo, Araucária, Biblioteca e Informática - o ponto de encontro é no ESTACIONAMENTO, já em caso de emergência/sinistro no Espaço Piquiri (voltado ao período noturno devido ao alojamento) - o ponto de encontro é o ESPAÇO VOLEIBOL (gramado externo do alojamento). Como sinal de emergência, ficou pré-estabelecido em reunião que o toque de UM aviso sonoro extenso de APITO, o qual é convencional para comunicar um sinistro local. Conforme o mapa no link: <https://drive.google.com/file/d/12j8Icc2xPAq8s-FsSGQ6u-bHalKDpk4J/view?usp=sharing>.

4.5 Equipe Multidisciplinar para a Educação das Relações Étnico-Raciais

A Equipe Multidisciplinar é uma instância de organização do trabalho escolar com a finalidade de orientar e auxiliar o desenvolvimento das ações relativas à Educação das Relações Étnico-Raciais e ao Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, ao longo do ano letivo. Esta instância foi organizada pela Secretaria de Estado Educação – SEED, para implementar a Lei n.º 10.639/03 e da Lei n.º 11.645/08, assim como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais no currículo escolar das instituições de ensino da rede pública estadual do Paraná.

A Equipe Multidisciplinar se desenvolve no ambiente escolar considerando o Plano de Ação elaborado por um Pedagogo(a) Coordenador(a) com a participação de todos os(as) profissionais da educação que atuam no ambiente escolar, bem como por estudantes e membros da comunidade escolar. O Plano de Ação, é composto por diferentes ações e tem como fulcro uma temática relacionada as relações étnico-racial e indígena que a instituição escolar indica como elemento a ser estudado, ressignificado e positivado com vistas a superação do racismo,

preconceitos, estereótipos e estigmas que permeiam as relações pessoais e interpessoais no espaço escolar.

A instituição escolar se respalda nos seguintes marcos legais para desenvolver as ações da Equipe Multidisciplinar tais como: na LDB - Lei n.º 9394/96, por meio do Artigo 26A, pela Deliberação n.º 04/06 CEE/PR, pela Instrução n.º 017/06 SUED/SEED, pela Instrução n.º 010/10 SUED/SEED, pela Resolução n.º 807/23 GS/SEED e a Resolução 1.742/23 GS/SEED.

As ações, atividades, práticas e trabalhos da Equipe Multidisciplinar são desenvolvidas trimestralmente pelos diferentes componentes escolares que incluem aspectos específicos nos respectivos Planos de Trabalho Docente, que são refletidos, analisados e discutidos com os estudantes de todos os anos do Ensino Fundamental – Anos Finais, bem como os estudantes de todas as séries do Ensino Médio. O(a) Pedagogo(a) Coordenador(a) da Equipe Multidisciplinar verifica, trimestralmente, se os Planos de Trabalho Docente dos diferentes componentes curriculares estão incluindo as temáticas das relações étnico-raciais e indígena na prática pedagógica cotidiana.

A Equipe Multidisciplinar em seu desenvolvimento no ambiente escolar por meio do Pedagogo(a) Coordenador(a), bem como um grupo de pessoas responsáveis pela Educação das Relações Étnico-Raciais no ambiente escolar. Tal grupo tem seus componentes homologados por período de dois anos. Os componentes recebem formação teórica por meio de curso ofertado pela Equipe da Educação das Relações Étnico-Raciais e Escolar Quilombola da SEED em encontros presenciais que ocorrem no interior das escolas, com registro em Ata própria da Equipe Multidisciplinar, bem como em plataforma EaD.

A Equipe Multidisciplinar desenvolvida durante todo ano letivo no ambiente escolar tem seu ponto alto com a realização do Seminário da Semana Cultural da Consciência Negra, realizado no mês de novembro, com a participação de todos os envolvidos no desenvolvimento da equipe. Na ocasião são expostos os trabalhos realizados durante o ano letivo pelos diferentes componentes curriculares, bem como apresentações artísticas diversas que envolvem dança, teatro, místicas, música, poesia, desfiles, degustação de comidas típicas, entre outros, objetivando a positivação das realizações africanas, afro-brasileiras e indígenas e a prática antirracista.

A Equipe Multidisciplinar, no interior da Instituição de Ensino, revisita o processo histórico para conhecer/reconhecer as intencionalidades, os silenciamentos e as segregações realizados pelo projeto de nação brasileira que invisibilizou negros(as) e indígenas como categorias sociais e políticas que também constituíram e constituem a história do Brasil. Também a proposição das ações planejadas pela Equipe Multidisciplinar possibilitam a revisualização da pertença dos(as) alunos(as) negros(as), bem como viabiliza aos não-negros e não-indígenas o conhecimento de outras narrativas sobre os agentes sócio-historicamente racializados.

4.5.1 Membros da Equipe Multidisciplinar e Plano de Ação

O CEEP Agroinovação possui uma Equipe Multidisciplinar com os segmentos escolares, os quais representam e interligam e permeiam para com as necessidades e princípios discursivos e promovidos dentro e fora da sala de aula. Conforme o link, apresenta-se o Plano de Ação biênio 2023/2024 da Equipe: <https://drive.google.com/file/d/1objWYAlbS7La0p-rsNTdWubZxZD5YuYy/view?usp=sharing>

Nome do (a) Educador (a)	Função/Representação por Segmento
Coordenador da Equipe Multidisciplinar Ricardo Pereira Munhoz	Pedagogo e Coordenação de Internato
Rosimar Baú	Diretor Geral
Amanda Lilian de Oliveira	Pedagoga
Franciane Lourenço Gotardo	Técnica Agropecuária
Renata Daniela Miller	Administrativo
Silvana Aparecida Antunes Safrider	Docente (Ciências Sociais Aplicadas)
Flavia Daniele Rech Cassol	Docente (Ciências Humanas e suas Natureza)
Viviane Dantas Melo	Convidada (Agente II - Inspetor de Internato)
Pedro Henrique Toffolo Zorzi	Discente (Presidente do Grêmio Estudantil)
Maria Eduarda Braga Neja	Discente (Membro Conselho Fiscal APMF)

4.6 Avaliação Institucional

A avaliação institucional vem sendo incorporada como uma significativa estratégia que, ao discutida frente a um projeto político – pedagógico construído coletivamente, oportuniza uma ampla leitura da realidade escolar.

O CEEP Agroinovação como uma instituição pública de educação cumpre uma finalidade coletiva, social, cultural e pública. A instituição de ensino apresenta um elevado grau de importância para a comunidade escolar e para a sociedade em geral que a mantém. Essa questão aponta para a necessidade de efetivação de novos processos de organização e gestão baseados em um trabalho que favoreça a participação da comunidade escolar, de maneira a assegurar o processo democrático nas escolas.

Com base no documento Avaliação Institucional da Educação básica no Paraná – Processo de Auto - Avaliação – Escola – SEED/PR (2003 -2006), alguns aspectos necessários à realização do processo de avaliação institucional:

- I. Definir quem será a pessoa responsável pela coordenação do processo de avaliação institucional, a qual presidirá a comissão de avaliação institucional, que será formada posteriormente.
- II. A proposta de avaliação será apresentada num primeiro momento para toda comunidade escolar, e após serão formados grupos de cada segmento da escola: equipe gestora, funcionários, professores, alunos representantes de turma e pais.
- III. Cada grupo, após ler e discutir a proposta de avaliação, deverá democraticamente escolher um relator do grupo que fará as anotações referentes aos aspectos que sugerem ser modificado ou retirado. O relator irá integrar - se a comissão de avaliação institucional da escola.
- IV. A comissão de avaliação realizará os ajustes necessários sugeridos pelos grupos.
- V. Após reorganização do instrumento de avaliação, este será apresentado aos membros do conselho escolar para que seja analisado e não havendo observação contrária, validado. Em seguida, define-se qual dimensão do processo educativo será avaliada. São elas:
 - 1. Prática pedagógica

- 2. Formação e condição de trabalho dos profissionais da escola
 - 3. Gestão escolar democrática
 - 4. Condições físicas e materiais
 - 5. Acompanhamento do desenvolvimento escolar. As dimensões foram elaboradas com base nos Indicadores da qualidade na educação / Ação Educativa – MEC/2004.
- VI. A coordenação deverá preparar o material a ser aplicado, bem como os demais procedimentos necessários à realização do processo (cronograma, convite aos participantes, sala de aplicação...). Havendo disponibilidade de espaço o instrumento poderá ser preenchido na mesma sala e ao mesmo tempo por todos os participantes.
- VII. O instrumento de avaliação a ser preenchido pelos diferentes grupos será composto das mesmas questões. Para maior detalhamento das informações coletadas, no cabeçalho do instrumento constará a identificação do segmento respondente (equipe gestora, funcionários, alunos representantes, professores e pais).
- VIII. Após o preenchimento do instrumento a coordenação, a comissão de avaliação elaborarão planilhas com a sistematização dos resultados.
- IX. A partir dos resultados, a comissão de avaliação, a direção, equipe pedagógica e membros do conselho escolar terão a responsabilidade de elaborar um plano de ação de forma sintetizada relatando as positividades e as fragilidades de cada dimensão apontada no instrumento de avaliação, e ainda descrever possíveis estratégias para superação das dificuldades apresentadas.
- X. O plano de ação deverá ser apresentado aos grupos participantes do processo avaliativo para discussão e aprovação.
- XI. O resultado da avaliação institucional (planilhas e plano de ação) deverá ser afixado em local de fácil acesso à comunidade escolar.
- XII. Reunião com a comissão de avaliação, direção e equipe pedagógica para apreciação crítica e elaboração de um parecer sobre o processo de avaliação institucional realizado na escola. O parecer deverá constar: aspectos positivos e negativos, e ainda sugestões para reelaboração do instrumento tendo em vista sua aplicação anual.

4.7 Avaliação da implementação do Projeto Político-Pedagógico

No CEEP Agroinovação ocorre de forma presencial e remota, encontros nos momentos de Estudo e Planejamento, buscando contemplar todos os membros da comunidade escolar, principalmente membros do Conselho Escolar, os quais deliberam e aprovam o Projeto Político-Pedagógico.

5 Propostas Pedagógicas Curriculares - PPCs

5.1 PPCs Ensino Fundamental - Anos Finais (6º ao 9º ANO)

O Centro Estadual de Educação Profissional Agroinovação Professor Moacir Benedito Leme da Silva não oferta dentro da educação básica a etapa ensino fundamental anos finais.

5.2 PPCs Ensino Médio - Implementação gradativa: 1ª série 2022, 2ª série 2023 e 3ª série 2024

O Centro Estadual de Educação Profissional Agroinovação Professor Moacir Benedito Leme da Silva não oferta o Ensino Médio regular com implementação gradativa.

5.3 PPCs Ensino Médio - 3ª série (Matriz Curricular vigente em 2023)

O Centro Estadual de Educação Profissional Agroinovação Professor Moacir Benedito Leme da Silva não oferta o Ensino Médio regular com a etapa Ensino Médio da 3ª série, a qual possui a Matriz Curricular vigente em 2023.

5.4 PPCs Ensino Médio EPTEC - Implementação gradativa: 1ª e 2ª séries Ensino Médio - Curso Técnico Agrícola

Diferente do Ensino regular, onde os Itinerários Formativos Integrados são compostos por Trilhas de Aprendizagem, para as instituições que ofertam a

educação Técnica Profissional, o itinerário é denominado Itinerário Formativo da Educação Técnica e Profissional.

O Itinerário Formativo da Educação Técnica e Profissional Integrada deve seguir a Matriz Curricular vigente que descreve a carga horária para Formação Geral Básica (FGB), a Parte Flexível Obrigatória (PFO) e o Itinerário Formativo (IF) do curso escolhido, quando este ofertado na forma integrada ao Ensino Médio.

O Plano de Curso refere-se ao documento curricular orientador específico do Itinerário Formativo da Educação Técnico e Profissional. Nele estão contidas todas as informações referentes aos cursos técnicos a partir do Catálogo Nacional de Curso Técnico (CNCT). O Catálogo é determinante na constituição dos currículos dos cursos pelas instituições e redes de ensino, visto que estabelece carga horária mínima, os principais temas que devem conter na formação técnica e as alternativas de certificação intermediária (<http://cnct.mec.gov.br/>).

O Itinerário Formação Técnica e Profissional está estruturado e organizado em etapas com terminalidade e saídas intermediárias, como também devidamente descritas no Plano de Curso. As etapas devem ter pelo menos 20% (vinte por cento) da carga horária mínima indicada para a respectiva habilitação profissional no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e permitirá a obtenção de certificados de Qualificação Profissional, isto deve estar previsto neste documento.

Na Educação Técnica Profissional é permitido às instituições adequarem suas ofertas de acordo com a realidade local e institucional, planos de desenvolvimento estadual e regional, demandas e possibilidades de acesso e permanência dos estudantes.

Dessa forma, o Plano de Curso Técnico Agrícola - Integrado ao Novo Ensino Médio do CEEP Agroinovação, está organizado e estruturado por item, dos quais destacam dados gerais da instituição e seu credenciamento, dados gerais do curso; objetivos gerais e específicos; organização curricular pedagógica; entre outros. Segue o link para apreciação da PPC - Proposta Pedagógica Curricular do CEEP: <https://drive.google.com/file/d/1CoGbiJi49a4evt4ROxkmrO2GmkRyixVV/view?usp=sharing>

Referências

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 9.503**, de 23 de setembro de 1997. Brasília, 1997.

Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm . Acesso em: 05 jun. 2023.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº. 9.795**, de 27 de abril de 1999. Brasília, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm Acesso em: 06 jun. 2023.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Brasília, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm Acesso em: 06 jun. 2023.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 10.741**, 01 de outubro de 2003. Brasília, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm Acesso em: 06 jun. 2023.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 11.525**, 25 de setembro de 2007. Brasília, 2007.

Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11525.htm Acesso em: 06 jun. 2023.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº. 11.645**, de 10 março de 2008. Brasília, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm Acesso em: 06 jun. 2023.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 11.769**, de 18 de agosto de 2008. Brasília, 2008.

Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11769.htm . Acesso em: 02 jun. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 01/2012**. Brasília, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dm/documents/rccp001_12.pdf. Acesso em: 01 jun. 2023.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº. 12.852**, de 05 de agosto de 2013. Brasília, 2013. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm Acesso em: 02 jun. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em:
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017-784336-publicacaooriginal-152003-pl.html>. Acesso em: 24 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/Secretaria da Educação Básica, 2018. Disponível em:
http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 22 maio 2023.

PARANÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. **Lei nº 11.733**, de 28 de maio de 1997. Curitiba, 1997. Disponível em:
<https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-11733-1997-parana-autoriza-o-poder-executivo-a-implantar-campanhas-sobre-educacao-sexual-a-serem-veiculadas-nos-estabelecimentos-de-ensino-estadual-de-1o-e-2o-graus-do-estado-do-parana> Acesso em: 06 jun. 2023.

PARANÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. **Lei nº 11.734**, de 28 de maio de 1997. Curitiba, 1997. Disponível em:
<https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-11734-1997-parana-torna-obrigatoria-a-veziculacao-de-programas-de-informacao-e-prevencao-da-aids-para-os-alunos-de-primeiro-e-segundo-graus-no-estado-do-parana> Acesso em: 06 jun. 2023.

PARANÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. **Lei 13.381/01**, de 18 de dezembro de 2001. Curitiba 2001. Disponível em:
<https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-13381-2001-parana-tornaobrigatorio-no-ensino-fundamental-e-medio-da-rede-publica-estadual-de-ensino-conteudos-da-disciplina-historia-do-parana> Acesso em: 06 jun. 2023.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação do Paraná. **Deliberação nº 04/2006**. Curitiba: CEE, 2006. Disponível em:
https://www.cee.pr.gov.br/sites/cee/arquivos_restritos/files/migrados/File/pdf/Deliberacoes/2006/deliberacao_04_06.pdf. Disponível em: Acesso em: 15 maio 2023.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo**. Curitiba: SEED, 2006. Disponível em:
<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/diretrizescurricularesestaduaisdaeducacaodocampo.pdf> . Acesso: 30 maio 2023.

PARANÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. **Lei nº 11.343**, de 23 de agosto de 2006. Curitiba, 2006. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm Acesso em: 06 jun. 2023.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. Superintendência da Educação. **Instrução nº 002/2012**. Curitiba: SEED, 2012. Disponível em: https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-01/instrucao0022012suedseed.pdf Acesso em: 06 jun. 2023.

PARANÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. **Lei nº 17.505**, de 11 de janeiro de 2013. Curitiba 2013. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-17505-2013-parana-institui-a-politica-estadual-de-educacao-ambiental-e-o-sistema-de-educacao-ambiental-e-adota-outras-pravidencias> Acesso em: 06 jun. 2023.

PARANÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. **Lei nº 17.650**, de 07 de agosto de 2013. Curitiba 2013. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=257420#:~:text=Regulamenta%20o%20Programa%20Educacional%20de,Drogas%20e%20C3%A0%20Viol%C3%A3ncia%20D%20PROERD> Acesso em: 06 jun. 2023.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. **Decreto 4.587**, 13 de julho de 2016. Curitiba: SEED, 2016. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/exibirAto.do?action=iniciarProcesso&codAto=159457&codItemAto=986913> Acesso em: 06 junho 2023.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação nº 02/2016**, de 15 de setembro de 2016. Curitiba: CEE, 2016. Disponível em: https://www.cee.pr.gov.br/sites/cee/arquivos_restritos/files/migrados/File/pdf/Deliberacoes/2016/Del_02_16.pdf Acesso em: 06 junho 2023.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. Superintendência da Educação. **Instrução nº 15/2017**. Curitiba: SEED, 2017. Disponível em: https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-01/instrucao152017_sued_seed.pdf Acesso em: 18 maio 2023.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações**. Curitiba: SEED, 2018. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/bncc/2018/referencial_curricular_parana_cee.pdf Acesso em: 24 maio 2023.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. **Currículo da Rede Estadual Paranaense (CREP) - EF**. Curitiba: SEED, 2019. Disponível em: <https://professor.escoladigital.pr.gov.br/crep>. Acesso em: 18 maio 2023.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. Superintendência da Educação. **Instrução nº 02/2019**. Curitiba: SEED, 2019. Disponível em: https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-12/instrucao_022019_sued_seed.pdf Acesso em: 18 maio 2023.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. **Decreto 7943**, de 22 de junho de 2021. Curitiba: SEED, 2021. Disponível em:
<https://www.plural.jor.br/wp-content/uploads/decreto.pdf> Acesso em: 06 jun. 2023.

PARANÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. **Lei 20.863**, de 07 de dezembro de 2021. Curitiba. Disponível em:
<https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-20863-2021-parana-altera-a-lei-no-18-4-24-de-8-de-janeiro-de-2015-que-instituiu-o-programa-brigadas-escolares-defesa-civil-na-escola> Acesso em: 06 jun. 2023.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. **Curriculum Priorizado da Rede Estadual Paranaense**: Ensino Fundamental. Curitiba: SEED, 2021. Disponível em:
<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1960>. Acesso em: 26 maio 2023.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação do Paraná. **Deliberação nº 04/2021**. Curitiba: CEE, 2021. Disponível em:
https://www.cee.pr.gov.br/sites/cee/arquivos_restritos/files/documento/2021-08/deliberacao_04_21.pdf. Acesso em: 15 maio 2023.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. **Instrução Normativa nº 01/2021** – SEED/DPGE/DLE. Curitiba: SEED, 2021. Disponível em:
https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-02/instrucao_normativa_012021_seeddpgedle.pdf. Acesso em: 05 jun. 2023.

PARANÁ. Secretaria de Educação e do Esporte do Estado Paraná. **Referencial Curricular para o Ensino Médio do Paraná**. Vols. 1, 2, 3. Curitiba: SEED, 2021. Disponível em: <https://professor.escoladigital.pr.gov.br/nem> Acesso em: 05 junho 2023.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. **Curriculum para o Ensino Médio da Rede Estadual do Paraná**. Curitiba: SEED, 2022. Disponível em:
https://professor.escoladigital.pr.gov.br/sites/professores/arquivos_restritos/files/documento/2021-12/ensino_medio_curriculo_geral.pdf. Acesso em: 22 maio 2023.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação e do Esporte. Diretoria de Educação. Departamento de Programas para a Educação Básica. **Informativo nº 15/2022**. Curitiba: SEED, 2022.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação e do Esporte. Diretoria de Educação. **Instrução Normativa nº 001/2022**. Curitiba: SEED, 2022. Disponível em:
https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-04/instrucao_normativa_0012022_deducseed_v2.pdf. Acesso em: 07 jun. 2023.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. **Instrução Normativa nº 008/2022**. Curitiba: SEED, 2022. Disponível em:
<https://www.documentador.pr.gov.br/documentador/pub.do?action=d&uuid=@gtf-escriba-seed@477e2d28-9ee0-4d35-9ef6-62f059821946&emPg=true>. Acesso em: 25 maio 2023.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. **Instrução Normativa nº 009/2022**. Curitiba: SEED, 2022. Disponível em:
<https://www.documentador.pr.gov.br/documentador/pub.do?action=d&uuid=@gtf-escriba-seed@00383a8e-1278-4a3b-b549-be29c9e76ea8&emPg=true>. Acesso em: 25 maio 2023.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. **Instrução Normativa Conjunta nº 006/2022 - DEDUC/DPGE/SEED**. Curitiba: SEED, 2022. Disponível em:
<https://www.documentador.pr.gov.br/documentador/pub.do?action=d&uuid=@gtf-escriba-seed@50ec3faf-c491-479d-9896-18f84fc85b5&emPg=true> Acesso em: 06 junho 2023.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação e do Esporte. Diretoria de Tecnologia e Inovação. Coordenação de Tecnologias Educacionais. **Orientação nº 05/2022**. Curitiba: SEED, 2022. Disponível em:
https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-12/orientacao052022_seeddticte.pdf . Acesso em: 07 jun. 2023.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. Diretoria de Educação. **Orientação nº 005/2023 – DEDUC/SEED**. Curitiba: SEED, 2023. Disponível em:
<https://www.documentador.pr.gov.br/documentador/pub.do?action=d&uuid=@gtf-escriba-seed@ce3ce750-f2f7-4e07-b45b-a9a73f3f60ee&emPg=true> . Acesso em: 24 maio 2023.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. Diretoria de Educação. **Instrução Normativa nº 001/2023 – DEDUC/SEED**. Curitiba: SEED, 2023. Disponível em:
<https://www.documentador.pr.gov.br/documentador/pub.do?action=d&uuid=@gtf-escriba-seed@a3511a56-a240-44ed-b5da-bad8610bba24&emPg=true> Acesso em: 24 maio 2023.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Diretoria de Educação. **Instrução Normativa nº 002/2023**. Curitiba: SEED, 2023. Disponível em:
<https://www.documentador.pr.gov.br/documentador/pub.do?action=d&uuid=@gtf-escriba-seed@88823470-0df8-4b0d-8150-1bab8f38a648&emPg=true> . Acesso em: 06 jun. 2023.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. Diretoria de Educação. **Instrução Normativa Conjunta n.º 008/2023 – DPGE/DEDUC/SEED**. Curitiba: SEED, 2023. Disponível em:
<https://www.documentador.pr.gov.br/documentador/pub.do?action=d&uuid=@gtf-escriba-seed@3a4db1c0-db1f-4537-b0d8-7178e42397a3&emPg=true>

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. Superintendência da Educação. **Power BI - Presente na Escola 2023**. Curitiba: SEED, 2023. Disponível em:
<app.powerbi.com/groups/4cfcd505-c290-4369-a08e-0f79f6310884/reports/6367a8e8-3557-4891-b2c9-e6cf7ec52f80/ReportSection770f6e1017e94eb1da9c?experience=power-bi> Acesso em: 06 junho 2023.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. Superintendência da Educação. **Canal do Professor**. Curitiba: SEED, 2023. Disponível em:

<https://www.educacao.pr.gov.br/Pagina/Canal-do-Professor> Acesso em: 06 junho 2023.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. Superintendência da Educação. **RCO + Aulas Material de Apoio ao Professor**. Curitiba: SEED, 2023. Disponível em: https://professor.escoladigital.pr.gov.br/rco_mais_aulas Acesso em: 05 junho 2023.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Caderno de Itinerários Formativos**. Ementa das Unidades Curriculares Ofertadas. Curitiba: SEED, 2023. Disponível em: https://professor.escoladigital.pr.gov.br/sites/professores/arquivos_restritos/files/documento/2023-01/nem_caderno_itinerarios_formativos_completo.pdf. Acesso em: 06 jun. 2023.

PARANÁ. Centro Estadual de Educação Profissional Agroinovação Professor Moacir Benedito Leme da Silva. **Projeto Político Pedagógico**. Cascavel: 2022.

PARANÁ. Centro Estadual de Educação Profissional Agroinovação Professor Moacir Benedito Leme da Silva. **Regimento Escolar**. Cascavel: 2022.

ANEXOS

Anexo 1 - Matriz Curricular

ESTADO DO PARANA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO

NUCLEO: 06 - CASCABEL		MUNICIPIO: 0480 - CASCABEL		
ESTAB.: 04300 - CEEP DE AGROINOV PROF MOACIR B L SILVA		ENT MANTEN.: GOVERNO DO ESTADO DO PARANA		
CURSO: 0019 - NOV ENS MED-PROF		TURNO: INTEGRAL	ANO IMPLANT.: 2022 - GRADATIVA	
DISCIPLINAS / SERIE				
PF	EDUCACAO FINANCEIRA	1	1	1
PF	PROJETO DE VIDA	2	1	1
PF	SUB-TOTAL	3	2	2
FGB	ARTE	2		
FGB	BIOLOGIA	2	2	
FGB	EDUCACAO FISICA	2		2
FGB	FILOSOFIA	2		
FGB	FISICA	2		2
FGB	GEOGRAFIA	2	2	
FGB	HISTORIA	2	2	
FGB	LINGUA INGLESA	2	2	
FGB	LINGUA PORTUGUESA	3	3	4
FGB	MATEMATICA	3	3	4
FGB	QUIMICA	2	2	
FGB	SOCIOLOGIA		2	
FGB	SUB-TOTAL	24	18	12
	TOTAL GERAL	27	20	14

NOTA: MATRIZ CURRICULAR DE ACORDO COM A LDB N. 9394/96

DATA DE EMISSAO: 21 DE Janeiro DE 2022

ESTADO DO PARANA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO

NUCLEO: 06 - CASCABEL		MUNICIPIO: 0480 - CASCABEL						
ESTAB.: 04300 - CEEP DE AGROINOV PROF MOACIR B L SILVA		ENT MANTEN.: GOVERNO DO ESTADO DO PARANA						
CURSO: 1622 - NEM TEC AGRIC ET		TURNO: INTEGRAL	ANO IMPLANT.: 2022 - GRADATIVA					
DISCIPLINAS	/ SERIE	1	2	3				
E	ESTAGIO PROF SUPERVISIONADO		2	2				
E	SUB-TOTAL		2	2				
IF	AGRICULTURA		2	4				
	AGROECOLOGI E GESTAO AMBIENTAL			2				
	AGROINDUSTRIA	2	2					
	AGRONEGOCIO ADM E EXT RURAL			4				
	CULTURAS		2					
	HORTICULTURA		2	2				
	INFORMATICA APLICADA	2						
	INFRAESTRUTURA RURAL	2	2	2				
	INTRODUCAO A AGRICULTURA	2						
	MANEJO E CONSERVACAO DOS SOLOS		2	2				
	PRATICA AGROPECUARIA	3	3	3				
	ZOOTECNIA	2	3	3				
IF	SUB-TOTAL	13	18	22				
	TOTAL GERAL	13	20	24				

NOTA: MATRIZ CURRICULAR DE ACORDO COM A LDB N. 9394/96

DATA DE EMISSAO: 13 DE Janeiro DE 2022

ASSINATURA DO CHEFE DO NRE

Luciana Paulista da Silva
Chefe do NRE/Cascavel
Decreto nº 1110/2019 D.O.E. 09/04/2019

Anexo 2 - Calendário Escolar 2023

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE - SEED
ANEXO DA RESOLUÇÃO N.º 6.534/2022 – GS/SEED
CALENDÁRIO ESCOLAR 2023

Instituição : CEEP DE AGROINOVACÃO PROFº MOACIR BENEDITO LEME DA SILVA - Município: CASCAVEL
Janeiro



Fevereiro Março

D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

14 dias letivos

Abril

D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30						

18 dias letivos

Maio

D	S	T	Q	Q	S	S
			1			
			2	3	4	5
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

21 dias letivos

Junho

D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	

20 dias letivos

Julho

D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

4 dias letivos(1º Sem.) 6 dias letivos(2º Sem)

D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

22 dias letivos

Agosto

D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

19 dias letivos

Setembro

D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2		
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

14 dias letivos

Outubro

D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

21 dias letivos

Novembro

D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30		

18 dias letivos

Dezembro

D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2		
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

14 dias letivos

1.º Jan. - Ano Novo

21 Abr. - Tiradentes

7 Set. - Independência

15 Nov. - Proclamação da República

07 Abr. - Paixão

1.º Mai. - Dia do Trabalho

12 Out.. - N. Sra. Aparecida

25 Dez. - Natal

09 Abr. - Páscoa

08 Jun. - Corpus Christi

2 Nov. - Finados

Avaliação Trimestral

1.º T. - 06/02 a 03/05 - 56 d.l.

2.º T. - 04/05 a 25/08 - 69 d.l.

3.º T. - 29/08 a 20/12 - 75 d.l.

Total = 200 dias letivos

1.º semestre – 100 dias letivos

Observações

- Os dias destinados ao Estudo e Planejamento para profissionais da educação não poderão ser computados para cumprimento da exigência legal da carga horária letiva para os estudantes. Deliberação n.º 02/2018 – CEE/PR.
- No dia 7 de agosto se comemora o Dia do Funcionário de Escola.
- No dia 11 de agosto se comemora o Dia do Estudante.
- No dia 15 de outubro se comemora o Dia do Professor.
- No dia 28 de outubro se comemora o Dia do Servidor Público.
- No dia 20 de novembro se comemora o Dia da Consciência Negra.
- Não estão previstos os feriados municipais.
- Nos meses de abril, agosto e outubro será aplicada a Prova Paraná 2023.

Verso

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE
NÚCLEO REGIONAL DE CASCAVEL**

**CEEP de Agroinovação Prof. Moacir Benedito Leme da Silva - Município Cascavel
Curso Técnico Agrícola Integrado
CALENDARIO ANO LETIVO - 2023**



CEEP DE AGROINOVAÇÃO PROF. MOACIR B. L. DA
SILVA Rod BR 277, km 572 Cascavel - PR
ceepagroinovacao@nrecascavel.com

Carimbo do Estabelecimento

assinatura eletrônica

ROSIMAR BAU

DIRETOR

RES 254/2022 DOE 14/02/2022

Carimbo e Assinatura do Diretor

Horário Matutino	
Café da manhã às 7:00h	
1ª aula	7:30h às 8:20h
2ª aula	8:20 h às 9:10h
3ª aula	9:10h às 10:00h
Intervalo	10:00h às 10:15h
4ª aula	10:15h às 11:05h
5ª aula	11:05h às 11:55h
Almoço: às 12:00h	
Horário Vespertino	
1ª aula	13:00h às 13:50h
2ª aula	13:50 às 14:40h
3ª aula	14:40 às 15:30h
Intervalo	15:30h às 15:45h
4ª aula	15:45h às 16:35h
5ª aula	16:35h às 17:25h
Lanche: às 17:30h	
Jantar: às 19:30h	

Obs:

Às segundas-feiras pela manhã não haverá aula, será momento dos alunos organizarem sua chegada ao colégio.

Às sextas-feiras à tarde não haverá aula, será momento dos alunos organizarem sua saída do colégio.

Anexo 3 - Plano de Estágio Não Obrigatório - Atualizado em 30/06/2023

https://drive.google.com/file/d/1sKnJJQ2Yrg35cSBfH8YI-HAFxqVafLF8/view?usp=drive_link